ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

LEI Nº 4.242 de 15 de setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

CLÓVIS ALBERTO PIRES DUARTE, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte:

L E I:

Capítulo I - Disposições Preliminares

Art. 1° Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2°, da Constituição Federal, no art. 97, §2° da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2021, compreendendo:

I - as metas e as prioridades da administração municipal;

II - a organização e estrutura do orçamento;

III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

I - Anexo I, de metas fiscais, composto dos demonstrativos;

a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar n° 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2019;

c) das metas fiscais previstas para 2021, 2022 e 2023, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2018, 2019 e 2020;

d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar n° 101/2000;

e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar n° 101/2000;

f) da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º § 2º, inciso IV, da Lei Complementar n° 101/2000;

g) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar n° 101/2000;

h) da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar n° 101/2000.

II - Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar n° 101/2000.

III - Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações com execução prevista para o exercício financeiro de 2021, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

IV - Anexo IV, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar n° 101, de 2000.

Capítulo II - Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2° A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário e nominal, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I desta Lei.

§1° A meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§2° Na hipótese prevista pelo §1°, o demonstrativo de que trata a alínea "a" do inciso I do parágrafo único do art. 1° desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizado.

§3° Durante o exercício de 2021, a meta resultado primário poderá ser reduzida até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

§4° Para os fins do disposto no § 3°, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§5° Nas hipóteses de atualização ou redução da meta de resultado primário, nas hipóteses estabelecidas neste artigo, e para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar n° 101, de 2000, a meta alcançada será comparada com a meta ajustada.

Art. 3° As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2021 estão relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias que estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2018/2021 - Lei n° 3.979, de 13 de Junho de 2017 e suas alterações, especificadas no Anexo III, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§1° Sem prejuízo do disposto no inciso III do parágrafo único do art. 1° desta Lei, as metas e prioridades de que trata o *caput*, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento ao Poder Legislativo da proposta orçamentária para 2021, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§2° Na hipótese prevista no parágrafo primeiro, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

Capítulo III - Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4° O Orçamento do Município terá sua despesa discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária, instrumento de programação e natureza de despesa detalhada até o nível de elemento.

§ 1° O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2° O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal n° 4.320/64.

§ 3° O conceito de instrumento de programação envolve um conjunto de operações que contribuem para atender ao objetivo de um programa, observando o seguinte:

I - incluem-se no conceito de instrumentos de programação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e concessão de empréstimos e financiamentos; e

II - os instrumentos de programação, de acordo com suas características, podem ser classificados como atividades, projetos ou operações especiais.

§ 4° Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria n.° 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 5° Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal n° 4.320/1964 e na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal n.° 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 6° As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária especifica.

§ 7° Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7° desta Lei.

Art. 5° Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencer as ações correspondentes.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal n° 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6° Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar n° 101, de 2000.

Art. 7° 0 Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5° do art. 165 da Constituição Federal, no art. 98, III da Lei Orgânica do Município e no art. 2°, da Lei Federal n° 4.320/1964, e será composto de:

I - texto da Lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários;

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal n°4.320/1964, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar n° 101/2000;

III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5°, inciso II, da Lei Complementar n° 101/2000;

IV - quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, do orçamento fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5°, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita por origem e pianos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2°, §2°, I da Lei Federal n° 4.320/1964;

VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, no que couber ao disposto nos §1° e §2° do art. 2° desta Lei;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar n° 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar n° 141, de 13 de janeiro de 2012;

X - demonstrativo dos instrumentos de programação a serem financiados com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2° do art. 13 desta Lei.

Art. 8° A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2021, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 39 e 30 da Lei Federal n° 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar n° 101/2000.

IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos 03 (três) anos, a situação provável no final de 2020 e a previsão para o exercício de 2021;

V - relação dos precatórios a serem cumpridos em 2021 com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VI - relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas pelo Executivo na forma estabelecida pelo art. 12 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com destaque para os valores correspondentes às priorizações.

Art. 9° Deverão ser discriminadas em instrumentos de programação específicos as dotações destinadas:

I - às ações de alimentação escolar;

II - às ações de transporte escolar;

III - à concessão de subvenções sociais, subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;

IV - à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;

V - à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;

VI - ao pagamento de precatórios judiciários, de sentenças judiciais de pequeno valor;

VII - às despesas com publicidade institucional e publicidade de utilidade pública;

VIII - às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública;

IX - ao pagamento de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social;

X - ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros entes da Federação, observado o disposto no art. 61 desta Lei.

Art. 10. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída, exclusivamente, de recursos não vinculados do Orçamento Fiscal, e será fixada em, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

§ 1° Para fins de utilização dos recursos a que se refere o *caput*, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere à alínea "h" do inciso III do *caput* do art. 5° da Lei Complementar n° 101/2000, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2021.

§ 2° Não serão consideradas, para fins do disposto no *caput*, as eventuais Reservas de Contingência constituídas à conta de receitas vinculadas.

§ 3° A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Capítulo IV - Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

Seção I - Das Diretrizes Gerais

Art. 11. Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria da Fazenda, Gestão e Recursos Humanos, até 30 de agosto de 2020, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no *caput* também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal, devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:

I - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;

II - ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

III - ao Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

IV - ao Fundo Municipal do Idoso — FM Idoso;

V - ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

VI - ao Regime Próprio de Previdência Social;

VII - ao Fundo Municipal de Assistência Social - FAS;

Art. 12. A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2021 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1° Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, §1°, I, da Lei Complementar n° 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2° A Câmara Municipal poderá organizar audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos 03 (três) exercícios e a projeção para os 02 (dois) anos seguintes ao exercício de 2021.

§ 1° Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2° Para fins do orçamento da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa n° 13/2018 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de setembro de 2020, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar n° 101/2000, somente serão iniciados novos projetos para investimentos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, §3°, da Lei Complementar n° 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei n° 8.666/93, conforme o caso.

§ 2° No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento, não exceda a 50 (cinquenta) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 16. A compensação de que trata o art. 17, § 2°, da Lei Complementar n° 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do § 2° do art. 4°, da referida Lei, desde que observados:

I - o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2021 e de créditos adicionais;

II - os limites estabelecidos nos arts. 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da Lei Complementar n° 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e

III - o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo previsto na alínea "h" do inciso I, do parágrafo único do art. 1° desta Lei.

Art. 17. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal deverá ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1° Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 2° Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda, Gestão e Recursos Humanos, organizar a formação de Grupos Setoriais de Custos, oportunizando o acesso a treinamentos, reuniões técnicas e outros eventos a serem realizados com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de custos na Administração Pública Municipal.

§ 3° As informações sobre a previsão e execução física e financeira dos programas finalísticos deverão ser objeto de destaque no relatório circunstanciado do Prefeito, do Presidente da Câmara Municipal e dos administradores das entidades da administração indireta, previstos respectivamente nos arts. 2º, III, "a", 4°, III, "a" e 5°, II, "a", da Resolução n° 1.099/2018, do Tribunal de Contas do Estado.

Seção II - Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 18. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar n° 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - das receitas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que serão utilizadas exclusivamente para o pagamento dos benefícios previdenciários e para a Taxa de Administração, observados os critérios estabelecidos pela Portaria MPS nº 402/2008, ou pela norma que lhe for superveniente.

III - de aportes de recursos do Orçamento Fiscal;

IV - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7° desta Lei.

Seção III — Da limitação orçamentária e financeira

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1° 0 ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9°, §4º da Lei Complementar n° 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar n° 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2° Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2° do art. 2° desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III - aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação, saúde e assistência social;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII - despesas com publicidade institucional;

VIII - horas extras.

§ 1° Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2020, observada a vinculação de recursos.

§ 2° Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do §2° do art. 9° da Lei Complementar n° 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n° 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - despesas com pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, operações de crédito e alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.

§ 3° Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4° Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.

§ 5° Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar n° 101/2000.

§ 6° Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 21. Observado o disposto no § 2° do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2° do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 (vinte) de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1° Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 2° Até o último dia útil do exercício de 2021, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3° 0 eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2022.

Art. 22. Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

§ 1° No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2° A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no *caput* deste artigo.

Art. 23. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1° Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2021, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 2° A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 24. Para efeito do disposto no §1° do art. 1° e do art. 42 da Lei Complementar n° 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 25. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.

Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Legislativo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

Seção IV - Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal n° 4.320/1964.

§ 1° A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8°, parágrafo único, da Lei Complementar n° 101/2000.

§ 2° Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2021 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3° Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4° Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2020, por fonte de recursos;

II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2021;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV - saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5° Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2° do art. 43 da Lei Federal n° 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 6° Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 02 (dois) dias, a contar do recebimento da solicitação.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2021, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei Federal n° 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 28. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2°, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. Caso seja necessário, a codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2021, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6° desta Lei.

§ 1° Para fins do disposto no *caput*, considera-se:

I - Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;

II - Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra;

III - Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de trabalho.

§ 2° As transposições, transferências ou remanejamentos não poderão resultar em alteração do total da despesa autorizada na Lei Orçamentária, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 30. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O disposto no *caput* também se aplica no caso da necessidade de alterações de codificações ou denominações *das* classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, ou para adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V - Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2020, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a 1/12 (um doze avos) das dotações para despesas correntes de atividades e 1/13 (um treze avos) quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1° Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2° Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2020, tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

Seção VII - Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas
Subseção I - Das Subvenções Econômicas

Art. 32. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2° As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação "60 - Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa "45 - Subvenções Econômicas".

Art. 33. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar no 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

Subseção II - Das Subvenções Sociais

Art. 34. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Parágrafo único. As subvenções que se destinarem à cobertura de déficits de funcionamento das entidades mencionadas no *caput* deverão ser autorizadas por lei específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar n° 101/2000.

Subseção III - Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 35. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária, sendo tal condição obrigatória quando os recursos se destinarem à cobertura de déficit de funcionamento da entidade beneficiada;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2021; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 36. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal n°4.320/1964.

Subseção IV - Dos Auxílios

Art. 37. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, §6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no Plano Plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VI - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destine a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V - Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 38. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I - execução da despesa na modalidade de aplicação "50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos";

II - estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III - ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV - inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 05 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição.

V - não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI - formalização de processo administrativo, no qual fique demonstrado formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Público verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 39. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 40. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I - nome e CNPJ da entidade;

II - nome, função e CPF dos dirigentes;

III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;

VI - valores transferidos e respectivas datas.

Art. 41. As transferências de recursos de que trata esta seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 42. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 43. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal n° 11.107/2005 e pelo Decreto Federal n° 6.017/2017.

Seção VIII - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 44. Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar n° 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 12% (doze por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV - assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1° No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;

II - integrem as cadeias produtivas locais;

III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal n° 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2° Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo;

§ 3° As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

Capítulo V - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 45. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 46. O Projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Capítulo VI - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 47. No exercício de 2021, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar n° 101/2000.

§ 1° Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo à pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de setembro de 2020, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro em 2021, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

§ 2° A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4° do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 48. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar n° 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa n° 13/2018 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 49. Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6° da Constituição Federal, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 50. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1°; da Constituição Federal, desde que observada à legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar n° 101/2000, e cumpridas às exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1° Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2° No caso dos incisos I, II, III e IV do *caput*, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar n° 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos 02 (dois) subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3° As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 03 (três) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal;

§ 4° No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 5° Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do *caput* serão considerados nulos de pleno direito, caso não atendam às exigências previstas nos incisos I e II do § 2°.

§ 6° As proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal as hipóteses previstas neste artigo e as Leis delas decorrentes não poderão conter dispositivo que crie ou aumente despesa com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7° Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 51. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I - as situações de emergência ou de calamidade pública;

II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação à alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Capítulo VII - Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 52. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2021, especialmente sobre:

a) atualização da planta genérica de valores do Município;

b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;

g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;

h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 53. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 57, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 54. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1° A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

I - aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

II - cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2° Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3° Não se sujeitam às regras do parágrafo primeiro:

I - a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;

II - proposições de incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 01% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2021.

Art. 55. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal n° 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3° do art. 14, da Lei Complementar n° 101/2000, os créditos tributários lançados e no arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo VIII - Das Disposições Gerais

Art. 56. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar n° 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata á *caput* deste artigo.

Art. 57. Por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, Gestão e Recursos Humanos, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 58. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 101, § 5º da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 59. Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais,

Art. 60. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no *caput* consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 61. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 15 dias do mês de setembro de 2020.

CLÓVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal

Registre-se.
Publique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

TABELA 01 - Parâmentos Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022	2023
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	3,75%	4,31%	1,65%	3,18%	3,46%	3,43%
VARIAÇÃODO PIB	1,12%	1,10%	-5,06%	3,37%	2,45%	2,40%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	3,91%	-3,87%	-6,77%	-2,24%	-4,29%	-4,44%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	7,37%	2,96%	-9,48%	0,28%	-2,08%	-3,76%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	16,79%	8,08%	1,68%	8,85%	6,20%	5,58%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	6,48%	3,46%	11,48%	7,14%	7,36%	8,66%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	11,14%	-9,22%	-1,34%	0,19%	-3,46%	-1,54%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTVO	3,00%	4,90%	5,36%	3,18%	3,46%	3,43%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	3,00%	4,90%	5,36%	3,18%	3,46%	3,43%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-38,75%	136,57%	10,14%	35,99%	60,90%	35,67%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	6,50%	4,90%	2,82%	3,10%	4,79%	5,63%
Taxa de Câmbio	3,65	3,94	5,26	4,95	4,76	4,77

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
26/60

CÂMARA MUNICIPAL
27/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS		ARRECADADA 2017	ARRECADADA 2018	ARRECADADA 2019	ESTIMADO 2020	PROJETADO 2021	PROJETADO 2022	PROJETADO 2023
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	76.873.294,71	84.554.759,20	82.810.547,36	90.206.918,48	101.540.506,85	105.600.648,20	117.231.190,24
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.628.084,02	11.495.062,49	13.019.996,20	12.788.719,80	14.790.439,77	15.714.013,99	17.706.866,18
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Advindo/relativo do Poder Executivo/Indireta	-	-	1.681.817,24	1.825.000,00	1.354.166,95	1.407.324,24	1.524.765,09
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Advindo/relativo do Poder Legislativo	-	-	81.134,56	75.000,00	60.747,80	66.745,19	72.666,21
1.1.1.1.0.0.0.00.00.00	Demais Impostos	8.160.220,78	9.827.450,98	8.366.156,74	9.099.019,30	11.235.803,75	12.345.624,80	13.481.272,97
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	1.265.292,10	1.639.531,95	1.865.164,43	1.790.000,00	2.104.787,20	2.312.668,20	2.527.403,61
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	451,14	959,56	729,33	700,00	955,20	1.049,55	1.146,09
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	14.365.111,69	15.217.286,84	14.977.552,41	14.450.000,00	8.477.256,15	8.386.961,07	8.648.699,02
1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais	3.283.599,44	3.451.789,27	3.740.514,84	3.770.000,00	4.269.697,73	4.342.715,41	4.476.806,99
1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	1.732.911,41	1.902.804,91	2.032.350,05	1.850.000,00	2.126.081,17	2.178.091,15	2.229.839,00
1.2.1.0.05.0.0.00.00.00	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	1.520.457,03	2.134.984,11	1.708.162,79	1.920.000,00	2.101.856,56	2.174.894,26	2.249.275,83
1.2.1.0.99.0.0.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.8.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.111.543,22	1.179.500,82	816.899,60	680.000,00	1.045.462,89	1.106.136,86	1.173.652,19
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	2.789.488,80	2.988.299,89	11.204.782,76	7.298.000,00	6.287.986,70	19.849.441,64	20.421.157,84
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	12.075,95	600,00	24.140,00	5.000,00	10.778,34	11.151,47	11.533,78
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	1.677.382,85	4.202.796,19	11.180.642,76	7.290.000,00	6.277.208,36	6.838.290,17	20.409.624,06
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	145.513,61	66.905,86	132.592,30	240.000,00	182.918,81	172.685,21	182.997,61
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	253.556,25	171.253,61	214.836,38	50.000,00	186.035,15	175.606,48	186.391,24
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	5.675.303,68	5.998.536,92	10.833.174,09	7.000.000,00	8.649.186,66	8.484.586,70	10.045.347,94
1.3.2.1.00.5.0.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.00.0.0.00.00.00	Outros Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3.0.00.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
1.3.8.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Serviços	251.477,05	373.991,61	249.413,42	100.000,00	278.426,37	292.998,62	310.322,69
1.6.4.0.01.1.0.00.00.00 + 1.6.4.0.03.1.0.00.00	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Aplicações para Programas de Desenv. Econômico	-	-	-	-	-	-	-
1.6.5.0.00.0.0.00.00.00	Demais Serviços	251.177,55	373.991,61	249.413,42	100.000,00	278.426,37	292.998,62	310.322,69
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	49.097.607,39	50.946.615,94	53.052.886,10	56.040.297,18	71.647.021,01	78.217.894,37	84.892.479,89
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	23.451.15,81	24.274.186,69	26.904.711,08	29.163.297,18	39.170.661,80	43.920.243,82	47.935.765,89
1.7.1.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	16.144.319,25	17.297.856,30	16.753.308,22	17.800.000,00	21.005.555,00	23.553.354,83	26.224.113,81
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	717.709,58	768.264,17	827.618,22	788.680,11	937.847,83	1.037.386,69	1.155.319,20
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	740.485,45	749.558,95	797.041,59	836.837,07	926.645,46	1.031.505,02	1.139.267,70
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	36.106,33	37.009,86	35.912,02	155.000,00	87.060,84	96.739,38	106.724,39
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	201.028,18	298.734,14	298.301,95	315.000,00	332.696,22	345.030,65	449.970,79
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	2.407.040,63	3.627.811,81	2.985.349,14	3.400.000,00	3.642.648,12	3.709.683,04	3.597.660,99
1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	287.172,90	197.272,45	224.550,93	340.000,00	270.393,39	284.922,20	294.999,05
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.565.314,56	1.617.493,01	1.452.042,74	1.515.000,00	1.872.212,19	1.730.070,73	1.788.412,16
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - LC nº 87/96	92.010,48	91.505,32	-	-	57.314,87	41.236,66	46.459,21
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências da Companhia de Gás e de Suas Entidades	86.988,77	100.000,00	1.630.585,27	4.000.000,00	2.000.000,99	2.101.173,29	2.173.243,61
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	25.646.471,58	26.672.429,25	26.148.174,99	26.877.000,00	31.476.359,21	34.297.650,55	36.956.714,00
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.851.502,24	16.485.562,36	16.568.439,57	15.700.000,00	17.813.366,97	17.792.512,65	18.119.874,10
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.374.771,28	2.795.206,56	2.677.502,36	2.735.000,00	3.066.003,07	3.065.364,20	3.121.804,34
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	224.456,06	241.164,64	246.117,51	235.000,00	263.556,53	263.549,22	268.196,71
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	56.590,37	44.827,57	29.925,84	30.000,00	37.339,26	37.295,51	37.981,67
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	10.116,10	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	571.803,78	741.386,82	974.791,11	1.036.000,00	997.021,82	1.032.345,45	1.067.765,83
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	1.043.685,54	1.790.183,80	577.253,58	550.000,00	1.060.114,56	1.117.466,32	1.155.619,10
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	-	87.497,94	58.866,55	50.000,00	72.100,78	74.565,47	77.154,09
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	129.177,15	1.000.000,00	396.718,09	410.442,46	424.620,64
1.7.5.0.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	13.693.041,25	13.909.360,63	14.513.740,17	14.500.000,00	15.740.427,05	16.284.667,03	20.896.575,01
1.7.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	81.735,42	107.779,39	114.982,38	50.000,00	100.180,28	103.656,07	107.212,30
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	2.371.626,01	3.119.127,19	491.138,28	646.000,00	511.020,91	528.474,44	1.597.799,53
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	268.910,70	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.473.879,66	100.527,65	177.849,93	110.000,00	142.448,33	147.377,66	152.432,60
1.9.2.0.01.2.0.00.00.00	Restituição de Convênios - Financeiros	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	332.803,96	108.523,65	172.568,93	110.000,00	142.448,33	147.377,66	152.432,60
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	1.623.144,45	2.909.945,73	313.670,35	426.000,00	368.572,58	381.096,78	1.445.367,93
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	-	-	337.321,18	325.000,00	298.639,75	244.823,51	253.220,77
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.11.1.1.00.00.00	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	774.845,20	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.2.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	202.850,36	172.120,22	100.000,00	122.074,51	154.495,28	141.978,44
1.9.9.0.99.9.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	767.299,27	6.966,37	9.129,96	10.000,00	1.400,94	8.780,28	10.124,02
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	10.013.193,87	1.205.874,00	2.240.777,62	5.044.000,00	1.993.800,84	1.774.999,20	1.600.342,69
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	449.872,56	-	-	5.000.000,00	-	-	-
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	57.750,00	931.642,00	556.809,00	530.000,00	741.987,67	787.226,12	785.541,97
2.2.1.8.01.1.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	57.750,00	931.642,00	556.809,00	530.000,00	741.987,67	787.226,12	785.541,97
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	505.681,01	271.532,00	1.672.118,47	500.000,00	817.040,79	872.330,96	1.028.820,72
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	505.681,01	271.532,00	1.672.118,47	500.000,00	817.040,79	872.330,96	1.028.820,72
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	9.000.890,30	2.000.700,00	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diversionais Alienadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	6.345.536,04	8.063.059,61	8.520.635,50	8.600.000,00	9.314.349,07	9.541.941,01	9.784.852,45
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	(-) Deduções da Receita Corrente	6.656.417,60	7.828.466,66	8.904.484,47	10.576.000,00	10.118.644,76	10.660.201,48	11.348.589,36
9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos (dotar com sinal negativo)	-	(334.744,58)	(255.515,90)	(230.000,00)	(209.399,06)	(278.719,68)	(286.279,97)
9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	Deduções para o FUNDEB	(6.745.035,60)	(7.491.741,01)	(8.647.700,23)	(10.300.000,00)	(9.905.397,62)	(9.875.630,98)	(9.977.835,47)
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente (dotar com sinal negativo)	(210.918,01)	-	(948.687,73)	(3.000.000,00)	(1.304.701,38)	(1.443.040,82)	(1.482.697,12)
9.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital (dotar com sinal negativo)	-	-	-	-	-	-	-

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

Valores em R$ 1,00

CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS		PAGA 2017	PAGA 2018	PAGA 2019	PAGA/Estim. 2020	PROJETADO 2021	PROJETADO 2022	PROJETADO 2023
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	245.853.268,85	270.240.176,57	274.246.221,36	270.735.000,00	278.424.366,19	280.415.564,65	291.190.530,05
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	145.937.161,13	161.141.119.002,80	163.307.074,60	143.410.000,00	146.295.414,12	147.861.236,01	148.777.532,85
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indireta	32.127.646,27	27.481.632,00	26.454.116,52	26.496.500,00	28.991.734,24	30.284.063,88	30.959.796,95
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	812.079,89	877.835,84	1.406.629,76	1.103.500,00	1.241.386,23	1.271.903,43	1.300.283,61
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R.P.P.S.	4.211.410,07	4.880.902,48	5.250.880,33	5.510.000,00	5.730.532,78	5.870.556,15	6.001.546,79
3.1.91.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	7.866.532,27	10.195.656,87	10.300.000,00	9.781.580,93	10.434.712,74	10.514.105,51
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	412.922,19	246.176,99	138.103,90	60.000,00	184.353,66	172.226,23	181.922,55
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executiv / Indiretas	412.922,19	246.176,99	138.103,90	60.000,00	184.353,66	172.226,23	181.922,55
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.2.91.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.734.644,33	28.853.996,99	31.301.042,96	27.265.000,00	31.944.598,30	32.382.102,23	32.231.274,84
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	25.644.520,33	28.770.802,63	31.143.823,05	27.120.000,00	31.813.370,01	32.228.848,03	32.080.328,66
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	59.571,14	75.021,63	79.137,79	65.000,00	80.193,32	81.240,76	80.865,37
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	30.452,86	38.172,53	78.082,12	80.000,00	51.034,97	72.013,45	71.691,59
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	8.543.497,92	3.196.142,21	16.241.986,16	6.040.000,00	7.695.118,63	10.350.760,90	14.304.512,05
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.928.109,24	1.935.050,61	4.684.931,74	5.000.000,00	5.695.508,32	9.484.295,57	13.280.949,38
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executivo / Indiretas	2.922.184,74	1.914.535,59	4.684.931,74	5.000.000,00	5.695.508,32	9.484.295,57	13.280.949,38
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	3.457,50	21.515,02	-	-	11.009,61	18.427,00	25.858,18
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	2.471,00	-	-	-	-	-	-
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.610.000,00	-	298.000,00	298.000,00	212.856,81	220.221,65	227.775,25
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	1.610.000,00	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executiv / Indiretas	-	-	298.000,00	298.000,00	212.856,81	220.221,65	227.775,25
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	1.005.385,68	1.220.991,60	1.259.034,42	750.000,00	1.186.753,51	1.227.815,16	1.269.920,24

4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	1.005.383,98	1.230.091,60	1.259.034,42	750.000,00	1.184.753,51	1.227.815,19	1.269.929,24
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.8.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS							
9.9.99.99.99.99.01	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA - SEM RPPS					2.155.900,32	2.468.728,30	5.249.483,06
9.9.99.99.99.99.02	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA DO RPPS					14.823.614,90	15.506.815,19	18.208.822,68

CÂMARA MUNICIPAL
28/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

CÂMARA MUNICIPAL
29/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.018 Arrecadação	2.019 Arrecadação	2.020 Projeção	2.021 Projeção	2.022 Projeção	2.023 Projeção
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	76.958.280,36	84.005.901,83	79.633.016,48	91.526.742,28	98.040.366,65	105.873.132,68
(-) Aplicações Financeiras em Geral	238.249,47	347.428,66	290.000,00	328.951,76	348.671,67	369.286,25
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	5.969.536,92	10.833.174,09	7.000.000,00	8.948.166,69	9.484.588,70	10.045.347,94
(-) Outras Receitas Financeiras	202.680,36	172.120,22	100.000,00	122.474,81	154.485,28	141.978,44
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	**70.547.813,61**	**72.653.178,86**	**72.243.016,48**	**82.127.149,02**	**88.052.621,00**	**95.316.520,05**
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	**1.203.674,00**	**2.230.727,42**	**6.030.000,00**	**1.658.908,66**	**1.739.559,38**	**1.823.362,69**
(-) Operações de Crédito	-	-	5.000.000,00	-	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	**1.203.674,00**	**2.230.727,42**	**1.030.000,00**	**1.658.908,66**	**1.739.559,38**	**1.823.362,69**
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	**71.751.487,61**	**74.883.906,28**	**73.273.016,48**	**83.786.057,68**	**89.792.180,38**	**97.139.882,74**

DESPESAS PRIMÁRIAS	2.018 Pagamento	2.019 Pagamento	2.020 Pagto Estimado	2.021 Projeção	2.022 Projeção	2.023 Projeção
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	**62.353.644,30**	**64.550.564,49**	**60.435.000,00**	**68.662.785,23**	**69.980.851,91**	**70.676.424,54**
(-) Juros e Encargos da Dívida	246.176,99	138.103,90	60.000,00	164.353,68	172.226,22	181.922,55
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	**62.107.467,31**	**64.412.460,59**	**60.375.000,00**	**68.498.431,56**	**69.808.625,70**	**70.494.501,99**
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	**3.166.142,21**	**6.241.966,16**	**6.048.000,00**	**7.096.118,63**	**10.930.759,50**	**14.804.512,03**
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado						
(-) Aquisição de Títulos de Crédito						
(-) Amortização da Dívida	1.230.091,60	1.259.034,42	750.000,00	1.186.753,51	1.227.815,18	1.269.929,24
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	**1.936.050,61**	**4.982.931,74**	**5.298.000,00**	**5.909.365,12**	**9.702.944,31**	**13.534.582,79**
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS (VI = IV + V)	**64.043.517,92**	**69.395.392,33**	**65.673.000,00**	**74.407.796,68**	**79.511.570,01**	**84.029.084,78**

RESULTADO PRIMÁRIO

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.018 Saldo	2.019 Saldo	2.020 Saldo	2.021 Projeção	2.022 Projeção	2.023 Projeção
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss -Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos ee Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.018 Saldo	2.019 Saldo	2.020 Saldo	2.021 Projeção	2.022 Projeção	2.023 Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	-	138.103,90	50.000,00	64.645,04	88.285,20	71.451,74
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliaria - Consolidação	-	-	-	-	-	-

CÂMARA MUNICIPAL
30/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária – Consolidação	-	-	-			
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos – Consolidação	-	-	-			
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – União	-	-	-			
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – Estado	-	-	-			
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-			
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-			
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-			
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-			
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-			
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-			
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-			
SOMA: DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	**0**	**138.104**	**50.000**	**64.645**	**88.285**	**71.452**

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA JOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 06/2019, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	**92.910.341,30**	**90.208.016,48**	**101.646.306,86**	**108.680.648,20**	**117.231.783,24**
II - DEDUÇÕES	**23.850.236,59**	**21.650.000,00**	**22.845.361,93**	**24.102.397,16**	**25.581.532,65**
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	1.742.951,80	1.900.000,00	1.414.913,75	1.554.672,43	1.697.683,49
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	2.032.350,05	1.850.000,00	2.126.081,17	2.178.031,15	2.226.629,90
Compensação Financeira entre Regimes	337.321,18	325.000,00	236.635,73	244.823,33	253.220,77
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	10.833.174,09	7.000.000,00	8.948.166,69	9.484.588,70	10.045.347,94
Deduções da Receita Corrente	8.904.439,47	10.575.000,00	10.119.564,58	10.640.281,55	11.358.650,56
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	-	-	-	-	-

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
31/60

CÂMARA MUNICIPAL
32 / 60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2021 a 2023

PODER EXECUTIVO	2021	2022	2023
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	42.552.510,26	45.672.255,56	49.491.135,32
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	40.424.884,75	43.388.642,78	47.016.578,55
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	38.297.259,24	41.105.030,01	44.542.021,78

PODER LEGISLATIVO	2021	2022	2023
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	4.728.056,70	5.074.695,06	5.499.015,04
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	4.491.653,86	4.820.960,31	5.224.064,28
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	4.255.251,03	4.567.225,56	4.949.113,53

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Lega, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

CÂMARA MUNICIPAL
33/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.290.674,82	3.659.085,38	6.935.000,00	4.961.586,67	5.185.224,02	5.693.936,89
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	4.285.937,21	2.942.779,35	3.510.000,00	3.579.572,19	3.344.117,18	3.477.896,46
Precatórios posteriores a 05-05-2000	4.737,41	716.306,03	3.425.000,00	1.382.014,48	1.841.106,84	2.216.040,44
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	6.622.604,46	6.454.503,68	7.200.000,00	6.759.036,05	6.804.513,24	6.921.183,10
Disponibilidade da Caixa Bruta	6.863.858,73	7.126.091,11	7.700.000,00	7.229.983,28	7.352.024,80	7.427.336,03
(-) Restos a Pagar Processados	241.254,27	671.587,43	500.000,00	470.947,23	547.511,55	506.152,93
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(2.331.929,64)	(2.795.418,30)	(265.000,00)	(1.797.449,38)	(1.619.289,23)	(1.227.246,20)

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida

Valores em R$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	5.000.000,00	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	246.176,99	138.103,90	60.000,00	164.353,68	172.226,22	181.922,55
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	1.230.091,60	1.259.034,42	750.000,00	1.186.753,51	1.227.815,18	1.269.929,24

Fonte: Sistema de Orçamento e Contabilidade, Maio/2020.

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:
- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras doMunicípio, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 009.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099168/O-0

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2021

CÂMARA MUNICIPAL
34/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB) x100	%RCL (a/RCL) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%PIB (b/PIB) x100	%RCL (b/RCL) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%PIB (c/PIB) x100	%RCL (c/RCL) x100
Receita Total	93.185.650,94	90.313.676,04		118,25%	99.779.926,03	93.470.632,18		117,97%	107.696.495,37	97.540.965,15		117,51%
Receitas Primárias (I)	83.786.057,68	81.203.777,55		106,33%	89.792.180,38	84.114.432,63		106,16%	97.139.882,74	87.979.816,66		105,99%
Despesa Total	75.758.903,87	73.424.020,03		96,14%	80.911.611,41	75.795.400,64		95,66%	85.480.936,57	77.420.282,12		93,27%
Despesas Primárias (II)	74.407.796,68	72.114.553,87		94,43%	79.511.570,01	74.483.886,80		94,01%	84.029.084,78	76.105.336,59		91,68%
Resultado Primário (I – II)	9.378.261,00	9.089.223,68		11,90%	10.280.610,37	9.630.545,83		12,16%	13.110.797,96	11.874.480,06		14,31%
Resultado Nominal	9.313.615,96	9.026.571,00		11,82%	10.192.325,17	9.547.843,08		12,05%	13.039.346,22	11.809.766,06		14,23%
Dívida Pública Consolidada	4.961.586,67	4.808.670,93		6,30%	5.185.224,02	4.857.351,43		6,13%	5.693.936,89	5.157.011,83		6,21%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.797.449,38	- 1.742.052,12		-2,28%	- 1.619.269,23	- 1.516.898,18		-1,91%	- 1.227.246,20	- 1.111.519,73		-1,34%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%

Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª Edição do MDF

Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª Edição do MDF

Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 9ª Edição do MDF

Fonte: Sistema de Orçamento e Contabilidade, Maio/2020.

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permenentes e temporários;

2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;

4 – o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comperação entre os juros ativos e passivos, representado a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia UtilizadaS:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01.** Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2017, 2018 e 2019) e os valores reestimados para o exercício atual (2020), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV.** Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 3,37 %, 2,45 % e 2,40 % e das taxas de inflação (IPCA), de 3,18%, 3,46% e 3,43%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 05/2020.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 286/2019 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2021. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultao Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada **na Tabela 06.**

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2021, 2022 e 2023, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 3,10%, 4,79% e 5,63%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 05/2020.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2020, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2021, consideradas todas as fontes de recursos é de R$ 93.075.469,22, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R$ 9.277.118,45), das resultantes de Operações de Crédito (R$ 0,00), das Alienações de Investimentos (R$ 741.564,47) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R$ 0,00), e demais receitas financeiras (R$ 619.089,65) resultam numa Receita Primária de R$ 83.675.875,95.

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R$ 76.982.395,76 Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R$ 164.353,68, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R$ 0,00 e a Amortização da Dívida Publica, estimada em R$ 1.186.753,51, tem-se que as despesas primárias para 2021 foram previstas em R$ 75.631.288,57. **A tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2021 que foi inicialmente prevista em **R$ 8.044.587,39** a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 05.**

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 009.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

CÂMARA MUNICIPAL
35160
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x100
Receita Total RPPS	20.625.232,66	19.989.564,51	Preenchimento Opcional Ctx 10ª Edição do MDF	21.449.384,79	20.093.095,24	Preenchimento Opcional Ctx 10ª Edição do MDF	22.280.051,06	20.179.093,81	Preenchimento Opcional Ctx 10ª Edição do MDF
Receitas Primárias RPPS (I)	11.677.065,97	11.317.179,65		11.964.796,09	11.208.236,96		12.234.703,12	11.080.998,94	
Despesa Total RPPS	20.625.232,66	19.989.564,51		21.449.384,79	20.093.095,24		22.280.051,06	20.179.093,81	
Despesas Primárias RPPS (II)	20.625.232,66	19.989.564,51		21.449.384,79	20.093.095,24		22.280.051,06	20.179.093,81	
Resultado Primário RPPS (I – II)	8.948.166,69	8.672.384,85		9.484.588,70	8.884.858,28		-10.045.347,94	-9.098.094,88	

Fonte: Sistema de Orçamento e Contabilidade, Maio/2020.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 497.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

CÂMARA MUNICIPAL
36/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2019)
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação Valor (c) = (b-a)	Variação % (c/a) x 100
Receita Total	88.412.548,03	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	128,02%	86.236.629,25	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	124,87%	- 2.175.918,78	-2,46%
Receita Primárias (I)	78.884.112,60		114,23%	74.497.417,50		107,87%	- 4.386.695,10	-5,56%
Despesa Total	87.562.258,06		126,79%	70.792.530,65		102,51%	- 16.769.727,41	-19,15%
Despesa Primárias (II)	85.271.077,10		123,47%	69.395.392,33		100,49%	- 15.875.684,77	-18,62%
Resultado Primário (I–II)	- 6.386.964,50		-9,25%	5.102.025,17		7,39%	11.488.989,67	-179,88%
Resultado Nominal	- 6.386.964,50		-9,25%	5.350.410,05		7,75%	11.737.374,55	-183,77%
Dívida Pública Consolidada	2.382.596,03		3,45%	3.659.085,38		5,30%	1.276.489,35	53,58%
Dívida Consolidada Líquida	- 2.501.304,09		-3,62%	- 2.795.418,30		-4,05%	- 294.114,21	11,76%

FONTE: Sistema de Orçamento e Contabilidade, Maio/2020.

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO 2019, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2019 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R$ 5.102.025,17 , valor superior à meta estabelecida, que era de R$ -6.386.964,50. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R$ 74.497.417,50 frustrando em 5,56% a projeção para o período qu e era de R$ 78.884.112,60. As despesas não financeiras atingiram R$ 69.395.392,33, estabelecendo-se 18,62% abaixo da previsão orçamentária. Não obstante a sua retração , corresponderam a 93,15 % do total das receitas primárias não comprometendo , dessa forma, a obtenção do superávit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento de 7,86% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2019 o desempenho dos grupos de receita tributária, e patrimonial , que superaram a expectativa, respectivamente, em 4,24%, e 31,34% .

A dívida consolidada totalizou R$ 3.659.085,38 valor 53,58 % superior ao saldo de R$ 2.382.596,03 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do aumento dos desembolsos da amortização da dívida que totalizou em 2019 R$ 2.942.779,35 valor 23,59% maior que a projeção consignada na Lei do Orçamento de R$ 2.381.016,90 e pagamento de Precatórios que totalizou em 2019 R$ 716.306,03 , valor 45.260,51% maior que a projeção consignada na Lei do Orçamento de R$ 1.759,14.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2019, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R$ 2.501.304,09) Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R$ 2.795.418,30 que, comparado com o montante apurado ao final de 2018, apresentou um acréscimo de 19,87% valor de R$ 463.488,46 valor este, que, de acordo com os conceitos estabelecidos no Manual dos Demonstrativos Fiscais, representa o Resultado Nominal pelo criterio Abaixo da Linha.

CLOVIS ALBERTO FIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

EXERCÍCIO DE 2021

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, Inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação%	2023	Variação %
Receita Total	86.225.013,97	88.412.548,03	2,54%	93.010.397,74	5,20%	93.185.650,94	0,19%	99.779.926,03	7,08%	107.696.495,37	7,93%
Receitas Primárias (I)	71.751.487,61	78.884.112,60	9,94%	84.216.477,55	6,76%	83.786.057,68	-0,51%	89.792.180,38	7,17%	97.139.882,74	8,18%
Despesa Total	73.406.318,78	87.562.258,06	19,28%	76.806.961,11	-12,28%	75.758.903,87	-1,36%	80.911.611,41	6,80%	85.480.936,57	5,65%
Despesas Primárias (II)	64.043.517,92	85.271.077,10	33,15%	74.453.527,07	-12,69%	74.407.796,68	-0,06%	79.511.570,01	6,86%	84.029.084,78	5,68%
Resultado Primário (I – II)	7.707.969,69	- 6.386.964,50	-182,86%	9.762.950,48	-252,86%	9.378.261,00	-3,94%	10.280.610,37	9,62%	13.110.797,96	27,53%
Resultado Nominal	13.233.466,70	- 6.386.964,50	-148,26%	18.568.757,08	-390,73%	9.313.615,96	-49,84%	10.192.325,17	9,43%	13.039.346,22	27,93%
Dívida Pública Consolidada	4.290.674,62	2.382.596,03	-44,47%	6.935.000,00	191,07%	4.961.586,67	-28,46%	5.185.224,02	4,51%	5.693.936,89	9,81%
Dívida Consolidada Líquida	- 2.331.929,84	- 2.501.304,09	7,26%	- 265.000,00	-89,41%	- 1.797.449,38	578,28%	- 1.619.289,23	-9,91%	- 1.227.246,20	-24,21%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %
Receita Total	91.425.343,72	89.871.355,07	-1,70%	93.010.397,74	3,49%	90.313.676,04	-2,90%	93.470.632,18	3,50%	97.540.965,15	4,35%
Receitas Primárias (I)	76.078.902,34	80.185.700,46	5,40%	84.216.477,55	5,03%	81.203.777,55	-3,58%	84.114.432,63	3,58%	87.979.816,66	4,60%
Despesa Total	77.833.538,28	89.007.035,32	14,36%	76.806.961,11	-13,71%	73.424.020,03	-4,40%	75.795.400,64	3,23%	77.420.282,12	2,14%
Despesas Primárias (II)	67.906.056,14	86.678.049,87	27,64%	74.453.527,07	-14,10%	72.114.553,67	-3,14%	74.483.886,80	3,29%	76.105.336,59	2,18%
Resultado Primário (I – II)	8.172.846,21	- 6.492.349,41	-179,44%	9.762.950,48	-250,38%	9.089.223,68	-6,90%	9.630.545,83	5,96%	11.874.480,06	23,30%
Resultado Nominal	14.031.592,30	- 6.492.349,41	-146,27%	18.568.757,08	-386,01%	9.026.571,00	-51,39%	9.547.843,08	5,77%	11.809.766,06	23,69%
Dívida Pública Consolidada	4.549.450,14	2.421.908,86	-46,76%	6.935.000,00	186,34%	4.808.670,93	-30,66%	4.857.351,43	1,01%	5.157.011,83	6,17%
Dívida Consolidada Líquida	- 2.472.571,21	- 2.542.575,61	2,83%	- 265.000,00	-89,58%	- 1.742.052,12	557,38%	- 1.516.898,18	-12,92%	- 1.111.519,73	-26,72%

Fonte: Sistema de Orçamento e Contabilidade, Maio/2020.

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2021), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2018, 2019 e 2020), bem como para os dois seguintes (2022 e 2023), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2018, 2019 e 2020 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
37/60

CÂMARA MUNICIPAL
38/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	56.893.459,71	90,50%	64.905.020,98	114,08%	-	0,00%
Reservas	1.557.966,32	2,48%		0,00%	91.702.063,58	141,29%
Resultado Acumulado	4.411.505,27	7,02%	(8.011.561,27)	-14,08%	(26.797.042,60)	-41,29%
TOTAL	62.862.931,30	100,00%	56.893.459,71	100,00%	64.905.020,98	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	23.572.715,30	97,52%	19.377.273,42	82,20%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	9.544.661,88	49,26%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	600.204,61	2,48%	4.195.441,88	17,80%	9.832.611,54	50,74%
TOTAL	24.172.919,91	100,00%	23.572.715,30	100,00%	19.377.273,42	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	80.466.175,01	92,45%	84.282.294,40	104,74%	-	0,00%
Reservas	1.557.966,32	1,79%	-	0,00%	101.246.725,46	120,13%
Resultado Acumulado	5.011.709,88	5,76%	(3.816.119,39)	-4,74%	(16.964.431,06)	-20,13%
TOTAL	87.035.851,21	100,00%	80.466.175,01	100,00%	84.282.294,40	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Contabilidade, Maio/2020.

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2017, 2018 e 2019), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 4.050/2018, está sobre a gestão do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões-FAP, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2017 a 2019, aponta que o saldo patrimonial **aumentou** de R$ 84.282.294,40 em 31.12.2017 para R$ 87.035.851,21 em 31.12.2019.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2019 com superavit patrimonial, cujo principal fator foi Receitas arrecadadas superiores as despesas realizadas.

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

CÂMARA MUNICIPAL
39/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

EXERCÍCIO DE 2021

R$ 1,00

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2019	2018	2017
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2016	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	592.128,68	931.842,00	57.750,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	592.128,68	931.842,00	57.750,00
Alienação de Bens Móveis	-	69.840,00	-
Alienação de Bens Imóveis	558.609,00	862.002,00	57.750,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	33.519,68	-	-
TOTAL	592.128,68	931.842,00	57.750,00

DESPESAS EXECUTADAS	2019	2018	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	642.000,00	192.898,95	-
Investimentos	642.000,00	192.898,95	-
Inversões Financeiras	-		
Amortização da Dívida	-	-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-		
TOTAL	642.000,00	192.898,95	-
SALDO FINANCEIRO	**746.821,73**	**796.693,05**	**57.750,00**

Fonte: Sistema de Orçamento e Contabilidade, Maio/2020.

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2017, 2018 e 2019).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretaria da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

CÂMARA MUNICIPAL
40/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

	2019	2018	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	R$ -	15.397.423,76	13.860.739,69
Receita de Contribuições dos Segurados	R$ -	1.902.804,91	1.732.911,41
Civil	R$ -	1.902.804,91	1.732.911,41
Ativo	R$ -	1.902.804,91	1.732.911,41
Inativo	R$ -		
Pensionista	R$ -		
Militar	R$ -		
Ativo	R$ -		
Inativo	R$ -		
Pensionista	R$ -		
Receita de Contribuições Patronais	R$ -	6.522.448,09	4.949.950,12
Civil	R$ -	6.522.448,09	4.679.492,70
Ativo	R$ -	5.182.332,26	3.954.212,53
Inativo	R$ -	1.020.043,96	725.280,17
Pensionista	R$ -	150.687,46	270.457,42
Militar	R$ -		
Ativo	R$ -		
Inativo	R$ -		
Pensionista	R$ -		
Em Regime de Parcelamento de Débitos	R$ -		
Receita Patrimonial	R$ -	5.969.536,92	6.675.303,69
Receitas Imobiliárias	R$ -		
Receitas de Valores Mobiliários	R$ -	5.969.536,92	6.675.303,69
Outras Receitas Patrimoniais	R$ -		
Receita de Serviços	R$ -		
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	R$ -		
Outras Receitas Correntes	R$ -	2.242,58	502.574,47
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	R$ -	846.688,80	381.362,81
Demais Receitas Correntes	R$ -	153.702,46	121.211,66
RECEITAS DE CAPITAL (II)	R$ -		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	R$ -		
Amortização de Empréstimos	R$ -		
Outras Receitas de Capital	R$ -		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	R$ -	**15.397.423,76**	**13.860.739,69**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	**2019**	**2018**	**2017**
ADMINISTRAÇÃO (IV)	R$ -	0	-
Despesas Correntes	R$ -		
Despesas de Capital	R$ -		
PREVIDÊNCIA (V)	R$ -	4.902.075,01	4.245.033,12
Benefícios - Civil	R$ -	4.862.902,48	4.187.922,83
Aposentadorias	R$ -	3.412.154,44	2.948.164,75
Pensões	R$ -	501.489,54	451.951,42
Outros Benefícios Previdenciários	R$ -	949.258,50	787.806,66
Benefícios - Militar	R$ -		
Reformas	R$ -		
Pensões	R$ -		
Outros Benefícios Previdenciários	R$ -		
Outras Despesas Previdenciárias	R$ -	38.172,53	57.110,29
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	R$ -	337,18	866,59
Demais Despesas Previdenciárias	R$ -	37.835,35	56.243,70
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	0	**4.902.075,01**	**4.245.033,12**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	0	**10.495.348,75**	**9.615.706,57**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS			
VALOR		0	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**2019**	**2018**	**2017**
VALOR	R$ 8.346.500,00		

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO	**2019**	**2018**	**2017**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	R$ 2.221.401,12		
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0		
Outros Aportes para o RPPS	R$ (136.594,46)		
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0		

BENS E DIREITOS DO RPPS	**2019**	**2018**	**2017**
Caixa e Equivalentes de Caixa	R$ 144.536,83	15.698,34	
Investimentos e Aplicações	R$ 89.911.890,51	76.666.316,73	66.340.653,80
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	**2019**	**2018**	**2017**
RECEITAS CORRENTES (VIII)	R$ 18.332.825,90	R$ -	R$ -
Receita de Contribuições dos Segurados	R$ 2.032.350,05	R$ -	R$ -

CÂMARA MUNICIPAL
41/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

Civil	R$	2.032.350,05	R$	-	R$	-
Ativo	R$	2.032.350,05	R$	-	R$	-
Inativo			R$	-	R$	-
Pensionista			R$	-	R$	-
Militar			R$	-	R$	-
Ativo			R$	-	R$	-
Inativo			R$	-	R$	-
Pensionista			R$	-	R$	-
Receita de Contribuições Patronais	R$	6.076.293,48	R$	-	R$	-
Civil	R$	6.076.293,48	R$	-	R$	-
Ativo	R$	5.404.544,95	R$	-	R$	-
Inativo	R$	587.477,05	R$	-	R$	-
Pensionista	R$	84.271,48	R$	-	R$	-
Militar			R$	-	R$	-
Ativo			R$	-	R$	-
Inativo			R$	-	R$	-
Pensionista			R$	-	R$	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos			R$	-	R$	-
Receita Patrimonial	R$	9.884.506,96	R$	-	R$	-
Receitas Imobiliárias			R$	-	R$	-
Receitas de Valores Mobiliários	R$	9.884.506,96	R$	-	R$	-
Outras Receitas Patrimoniais			R$	-	R$	-
Receita de Serviços			R$	-	R$	-
Outras Receitas Correntes	R$	339.675,41	R$	-	R$	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	R$	337.321,18	R$	-	R$	-
Demais Receitas Correntes	R$	2.354,23	R$	-	R$	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			R$	-	R$	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			R$	-	R$	-
Amortização de Empréstimos			R$	-	R$	-
Outras Receitas de Capital			R$	-	R$	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII +	**R$**	**18.332.825,90**	**R$**	**-**	**R$**	**-**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019		2018		2017	
ADMINISTRAÇÃO (XI)			R$	-	R$	-
Despesas Correntes			R$	-	R$	-
Despesas de Capital			R$	-	R$	-
PREVIDÊNCIA (XII)	R$	5.203.204,10	R$	-	R$	-
Benefícios - Civil	R$	5.203.204,10	R$	-	R$	-
Aposentadorias	R$	3.766.516,83	R$	-	R$	-
Pensões	R$	556.246,58	R$	-	R$	-
Outros Benefícios Previdenciários	R$	880.440,69	R$	-	R$	-
Benefícios - Militar			R$	-	R$	-
Reformas			R$	-	R$	-
Pensões			R$	-	R$	-
Outros Benefícios Previdenciários			R$	-	R$	-
Outras Despesas Previdenciárias			R$	-	R$	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			R$	-	R$	-
Demais Despesas Previdenciárias			R$	-	R$	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI +	**R$**	**5.203.204,10**	**R$**	**-**	**R$**	**-**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X – XIII)	**R$**	**13.129.621,80**	0	0

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO	2019	2018	2017
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO		Receitas		Despesas		Resultado		Saldo Financeiro
SALDO ANTERIOR							R$	89.699.094,94
	2020	R$ 8.595.912,03	R$	6.793.792,79	R$	1.802.119,24	R$	91.501.214,18
	2021	R$ 8.169.798,47	R$	6.509.997,99	R$	1.659.800,48	R$	93.161.014,66
	2022	R$ 7.830.147,21	R$	6.574.311,72	R$	1.255.835,49	R$	94.416.850,15
	2023	R$ 7.511.844,19	R$	6.983.404,36	R$	528.439,83	R$	94.945.289,98
	2024	R$ 7.145.536,59	R$	7.041.753,20	R$	103.783,39	R$	95.049.073,37
	2025	R$ 6.836.744,84	R$	7.003.438,98	R$	(166.694,14)	R$	94.882.379,23
	2026	R$ 6.540.381,98	R$	6.821.783,39	R$	(281.401,41)	R$	94.600.977,82
	2027	R$ 6.245.450,84	R$	6.939.430,66	R$	(693.979,82)	R$	93.906.998,00
	2028	R$ 5.963.699,06	R$	6.973.515,36	R$	(1.009.816,30)	R$	92.897.181,70
	2029	R$ 5.690.108,12	R$	6.816.754,03	R$	(1.126.645,91)	R$	91.770.535,79
	2030	R$ 5.414.763,95	R$	6.823.296,43	R$	(1.408.532,48)	R$	90.362.003,31
	2031	R$ 5.151.301,31	R$	6.659.322,42	R$	(1.508.021,11)	R$	88.853.982,20
	2032	R$ 4.902.834,76	R$	6.410.503,93	R$	(1.507.669,17)	R$	87.346.313,03
	2033	R$ 4.648.782,63	R$	6.273.561,38	R$	(1.624.778,75)	R$	85.721.534,28
	2034	R$ 4.390.089,18	R$	6.194.416,39	R$	(1.804.327,21)	R$	83.917.207,07
	2035	R$ 4.035.924,07	R$	5.942.218,42	R$	(1.906.294,35)	R$	82.010.912,72
	2036	R$ 3.722.217,14	R$	5.771.617,48	R$	(2.049.400,34)	R$	79.961.512,38
	2037	R$ 3.516.155,82	R$	5.556.737,67	R$	(2.040.581,85)	R$	77.920.930,53
	2038	R$ 3.293.788,28	R$	5.497.967,78	R$	(2.204.179,50)	R$	75.716.751,03
	2039	R$ 3.081.092,97	R$	5.349.897,19	R$	(2.268.804,22)	R$	73.447.946,81
	2040	R$ 2.894.672,82	R$	5.088.671,46	R$	(2.193.998,64)	R$	71.253.948,17
	2041	R$ 2.707.484,39	R$	4.896.593,02	R$	(2.189.108,63)	R$	69.064.839,54
	2042	R$ 2.540.413,78	R$	4.653.918,22	R$	(2.113.504,44)	R$	66.951.335,10
	2043	R$ 2.376.606,62	R$	4.431.260,59	R$	(2.054.653,97)	R$	64.896.681,13
	2044	R$ 1.322.205,82	R$	4.195.072,06	R$	(2.872.866,24)	R$	62.023.814,89
	2045	R$ 1.214.573,82	R$	3.949.146,83	R$	(2.734.573,01)	R$	59.289.241,88

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
421 60

2046	R$	1.115.082,24	R$	3.703.737,02	R$	(2.588.654,78)	R$	56.700.587,10
2047	R$	1.020.213,35	R$	3.475.754,29	R$	(2.455.540,94)	R$	54.245.046,16
2048	R$	931.429,54	R$	3.261.815,56	R$	(2.330.386,02)	R$	51.914.660,14
2049	R$	848.843,38	R$	3.040.187,33	R$	(2.191.343,95)	R$	49.723.316,19
2050	R$	772.586,54	R$	2.825.094,56	R$	(2.052.508,02)	R$	47.670.808,17
2051	R$	699.642,55	R$	2.630.632,89	R$	(1.930.990,34)	R$	45.739.817,83
2052	R$	633.180,36	R$	2.442.345,27	R$	(1.809.164,91)	R$	43.930.652,92
2053	R$	573.295,97	R$	2.253.137,27	R$	(1.679.841,30)	R$	42.250.811,62
2054	R$	518.939,72	R$	2.068.599,54	R$	(1.549.659,82)	R$	40.701.151,80
2055	R$	468.202,93	R$	1.898.022,54	R$	(1.429.819,61)	R$	39.271.332,19
2056	R$	422.016,49	R$	1.734.574,37	R$	(1.312.557,88)	R$	37.958.774,31
2057	R$	380.757,77	R$	1.575.708,49	R$	(1.194.950,72)	R$	36.763.823,59
2058	R$	342.824,58	R$	1.428.589,91	R$	(1.085.765,33)	R$	35.678.058,26
2059	R$	308.084,47	R$	1.292.549,32	R$	(984.464,85)	R$	34.693.593,41
2060	R$	276.289,32	R$	1.166.937,65	R$	(890.648,33)	R$	33.802.945,08
2061	R$	247.216,43	R$	1.051.143,94	R$	(803.927,51)	R$	32.999.017,57
2062	R$	220.759,14	R$	944.608,78	R$	(723.849,64)	R$	32.275.167,93
2063	R$	196.710,05	R$	846.784,08	R$	(650.074,03)	R$	31.625.093,90
2064	R$	174.885,35	R$	757.137,52	R$	(582.252,17)	R$	31.042.841,73
2065	R$	155.099,82	R$	675.157,59	R$	(520.057,77)	R$	30.522.783,96
2066	R$	137.186,83	R$	600.352,86	R$	(463.166,03)	R$	30.059.617,93
2067	R$	121.002,10	R$	532.256,94	R$	(411.254,84)	R$	29.648.363,09
2068	R$	106.408,42	R$	470.408,98	R$	(364.000,56)	R$	29.284.362,53
2069	R$	93.273,12	R$	414.361,02	R$	(321.087,90)	R$	28.963.274,63
2070	R$	81.474,70	R$	363.696,25	R$	(282.221,55)	R$	28.681.053,08
2071	R$	70.903,53	R$	318.026,25	R$	(247.122,72)	R$	28.433.930,36
2072	R$	61.454,12	R$	276.973,55	R$	(215.519,43)	R$	28.218.410,93
2073	R$	53.024,06	R$	240.167,16	R$	(187.143,10)	R$	28.031.267,83
2074	R$	45.520,91	R$	207.262,60	R$	(161.741,69)	R$	27.869.526,14
2075	R$	38.868,03	R$	177.956,42	R$	(139.088,39)	R$	27.730.437,75
2076	R$	32.996,84	R$	151.970,94	R$	(118.974,10)	R$	27.611.463,65
2077	R$	27.842,05	R$	129.038,34	R$	(101.196,29)	R$	27.510.267,36
2078	R$	23.337,84	R$	108.891,76	R$	(85.553,92)	R$	27.424.713,44
2079	R$	19.418,50	R$	91.270,08	R$	(71.851,58)	R$	27.352.861,86
2080	R$	16.025,88	R$	75.938,04	R$	(59.912,16)	R$	27.292.949,70
2081	R$	13.113,73	R$	62.695,68	R$	(49.581,95)	R$	27.243.367,75
2082	R$	10.639,00	R$	51.353,82	R$	(40.714,82)	R$	27.202.652,93
2083	R$	8.557,95	R$	41.724,42	R$	(33.166,47)	R$	27.169.486,46
2084	R$	6.825,08	R$	33.617,41	R$	(26.792,33)	R$	27.142.694,13
2085	R$	5.391,93	R$	26.839,61	R$	(21.447,68)	R$	27.121.246,45
2086	R$	4.214,90	R$	21.216,10	R$	(17.001,20)	R$	27.104.245,25
2087	R$	3.259,98	R$	16.600,52	R$	(13.340,54)	R$	27.090.904,71
2088	R$	2.496,25	R$	12.857,31	R$	(10.361,06)	R$	27.080.543,65
2089	R$	1.893,73	R$	9.856,67	R$	(7.962,94)	R$	27.072.580,71
2090	R$	1.422,58	R$	7.472,92	R$	(6.050,34)	R$	27.066.530,37
2091	R$	1.055,98	R$	5.593,01	R$	(4.537,03)	R$	27.061.993,34
2092	R$	772,49	R$	4.123,94	R$	(3.351,45)	R$	27.058.641,89
2093	R$	555,59	R$	2.990,67	R$	(2.435,08)	R$	27.056.206,81
2094	R$	391,52	R$	2.128,68	R$	(1.737,16)	R$	27.054.469,65

FONTE: Sistema de Oçamento e Contabilidade, Maio/2020.

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4°, § 2°, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:
a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2017, 2018 e 2019; e
b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre dos exercícios de 2017,2018 e 2019.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das disponibilidades financeiras e investimentos do RPPS, representado pelas disponibilidades em Caixa e Equivalentes de Caixa, Investimentos e Aplicações e outros bens e direitos, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

CÂMARA MUNICIPAL
43/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
IPTU	PAGAMENTO À VISTA	CONTRIBUINTES	290.000,00	300.034,00	310.325,17	Vide Obsevação abaixo
TOTAL			290.000,00	300.034,00	310.325,17	-

Fonte: Sistema de Orçamento e Contabilidade, Maio de 2020.

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2021 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal
2 - Os valores da renúncia projetados para 2022 e 2023, foram claculados a partir dos valores de 2021, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:
Inflação para 2022: 3,46%
Inflação para 2023: 3,43%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13 e, 60 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo *aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição,* pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

EXERCÍCIO DE 2021

CÂMARA MUNICIPAL
44/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2021
Aumento Permanente da Receita	**4.515.435,93**
Decorrente de Receitas Tributárias	1.300.897,71
Decorrente de Transferências Correntes	3.214.538,22
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	(748.927,69)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	**3.766.508,24**
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	**3.766.508,24**
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	**4.006.907,16**
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	742.327,92
Relativas a Outras Despesas Correntes	3.264.579,24
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	**SEM MARGEM**

Fonte: Sistema de Orçamento e Contabilidade, Maio/2020.

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4°, § 2°, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2021 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas trbutárias e de transferências correntes, no biênio 2020-2021

Na mesma linha, o aumento permandente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2020, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2020-2021 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 16 da LDO.

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 397.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 008.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2021

CÂMARA MUNICIPAL
45/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas		Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	
Eventos Naturais	R$ 100.000,00		R$ 100.000,00
Epidemias	R$ 200.000,00		R$ 200.000,00
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	**300.000,00**	**SUBTOTAL**	**300.000,00**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	500.000,00	Limitação de empenho	500.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções	500.000,00	Limitação de empenho	500.000,00
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	1.000.000,00	SUBTOTAL	1.000.000,00
TOTAL	**1.300.000,00**	**TOTAL**	**1.300.000,00**

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situaçãoes acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2021
ANEXO IV

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

(Art. 45 da LRF)

			EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2021		
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	ATÉ EXERC. ANTERIOR - 2019	NO EXERCÍCIO DE 2020	A EXECUTAR EM 2021	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
Construção 12 SALAS - Escola São Martim	2015	R$ 4.633.775,34	39%	0%	61%	R$ 2.826.602,95		
Pavimentação Loteamento Laux	2018	R$ 1.676.000,00	25%	100%	0%	R$ -		
Implantação de Campo de Futebol na São Martin	2020	R$ 250.000,00	0%	100%	0%	R$ -		
Modernização do Ginásio A do Parque Centenário	2019	R$ 265.000,00	9%	100%	0%	R$ -		
Pavimentação Pareci Velho	2020	R$ 285.000,00	0%	100%	0%	R$ -		
Construção de Pórticos	2020	R$ 350.000,00	0%	20%	80%	R$ 280.000,00		
Pavimentação de Vias Urbanas	2019	R$ 657.000,00	30%	70%	0%	R$ -		
Revitalização e Reforma Parque Centenário	2020	R$ 429.513,90	0%	20%	80%	R$ 343.611,12		
Pavimentação de Vias Urbanas - Saturnino e Elza Klein	2020	R$ 491.825,00	0%	20%	80%	R$ 393.460,00		
CONSTRUÇÃO UBS Centro Administrativo Saúde	2020	R$ 4.000.000,00	0%	10%	90%	R$ 3.600.000,00		
Pavimentação de Vias Urbanas	2020	R$ 340.000,00	0%	0%	100%	-	-	R$ 340.000,00
Revitalização Calçadão	2020	R$ 255.000,00	0%	0%	100%		R$ 255.000,00	
Total dos Recursos a Priorizar						R$ 7.443.674,07	R$ 255.000,00	R$ 340.000,00

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
46/60

CÂMARA MUNICIPAL
47/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

ANEXO III
Metas e Prioridades

CÓDIGO	Descrição	R$
PROGRAMAS/PROJETOS (2)		R$ 8.363.453,02
1003	Apoio ao Desenvolvimento de Esportes	R$ 100.000,00
1011	CONSTR.E AMPL.DE REDE DE ESG.PLUVIAL	R$ 500,00
1015	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	R$ 2.794.968,24
1016	INSTALAÇÃO DE INDUSTRIAS/EMPRESAS	R$ 110.484,78
1022	CONTRUCAO DE CASAS POPULARES - CONTRAPARTIDA	R$ 1.000,00
1024	AQUISIÇÃO DE MICRO ONIBUS	R$ 200,00
1025	CONSTRUÇÃO MAN. DE CASAS POPULARES	R$ 3.000,00
1045	PROGRAMA TROCA-TROCA	R$ 1.000,00
1097	FESTA DA BERGAMOTA	R$ 300.000,00
1241	Manutenção Educação c/ Recursos AFM/FNDE	R$ 5.500,00
1501	PAVIMENTAÇÃO ACESSO AO SANTUÁRIO CONCEIÇÃO	R$ 7.000,00
1502	CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS	R$ 280.000,00
1503	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS	R$ 50.000,00
1508	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R$ 2.000,00
1509	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	R$ 513.500,00
1512	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	R$ 500,00
1513	Revitalização Parque Centenário	R$ 345.000,00
1517	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS SAÚDE	R$ 250.000,00
1520	CONSTRUÇÃO E CONCLUSÃO UBS	R$ 2.001.000,00
1522	Manutençao da Educacao	R$ 100,00
1523	PROGRAMA PDDE - Dinheiro Direto nas Escolas	R$ 1.050,00
1530	IMPLANTAÇÃO CICLOFAIXAS/CICLOVIAS	R$ 1.500,00
1531	Modernização e manutenção do Ginásio Rio Branco	R$ 92.000,00
1533	Plano de ações Articuladas (bens móveis e veículos)	R$ 400,00
1538	PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - OBRAS ESCOLA São Martin	R$ 1.500.250,00
1547	PROGRAMA BRASIL CARINHOSO- Inf. Creche	R$ 500,00
1549	AMPLIAÇÃO E MODERNIZACAO GINASIO A DO PARQUE	R$ 1.000,00
1550	AMPLIACAO E MODERNIZAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL	R$ 1.000,00
PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES (2)		R$ 36.236.231,76
2000	FUNDO MUNICIPAL DE DIRETOS DO IDOSO	R$ 500,00
2001	MANUTENÇÃO DAS ATIV.LEGISLATIVAS	R$ 1.694.500,00
2002	MANUTENÇÃO ATIV.DO GABINETE DO PREFEITO	R$ 959.500,00
2003	MANUTENCAO DO F.M.D.C.A.	R$ 130.000,00
2005	MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR	R$ 550.000,00
2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS	R$ 26.602.531,76
2007	CONVENIO C/O TRIBUNAL REG.ELEITORAL	R$ 50.000,00
2010	MANUTENCAO DA DEFESA CIVIL	R$ 90.000,00
2011	MANUT.SERV.PRACAS,PARQUES E JARDINS	R$ 500.000,00
2012	MANUTENCAO UNIDADE GESTORA RPPS	R$ 150.000,00
2013	SAUDE DO SERVIDOR	R$ 3.681.000,00
2017	ASSISTÊNCIA MÉDICA A POPULAÇÃO	R$ 100.000,00
2018	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE	R$ 100,00
2019	DESPESAS CONSÓRCIO PUBLICO	R$ 192.000,00
2020	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNIC.DE SAUDE	R$ 1.000,00
2023	PROGRAMA VIGILANCIA SANITARIA - UNIÃO	R$ 135.000,00
2024	PROGRAMA PACS - UNIÃO	R$ 292.000,00
2025	PROGRAMA SAÚDE BUCAL - UNIÃO	R$ 30.000,00
2026	DESP.C/FUNDO ESP.DO PETROLEO	R$ 290.000,00
2027	PROGRAMA FARMACIA BASICA - UNIÃO	R$ 140.000,00
2030	PROGRAMA PAB - UNIÃO	R$ 750.000,00
2031	PROGRAMA PSF - UNIAO	R$ 180.000,00
2032	PROGRAMA PIM - ESTADO	R$ 38.500,00
2034	PROGRAMA EDUCAÇÃO EM SAÚDE - UNIÃO	R$ 15.000,00
2037	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL / FUNDEB	R$ 2.194.000,00
2039	PROG.VIGIL.EPIDEMIOLOGICA-ESTADO	R$ 15.500,00
2041	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 1.975.500,00
2042	MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO	R$ 155.000,00
2043	SALARIO-EDUCAÇÃO - ESTADO	R$ 50,00
2044	MANUTENÇÃO DA EDUCACAO INFANTIL	R$ 785.000,00

2047	SECRETARIA EDUCAÇÃO - RECURSOS LIVRES	R$	50.000,00
2048	MANUTENÇÃO CONSELHO EDUCAÇÃO	R$	13.000,00
2049	TRANSP.ESCOLAR / ENSINO MEDIO	R$	21.500,00
2050	TRANSP.ESCOLAR / ENSINO SUPERIOR	R$	120.500,00
2051	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	R$	450.000,00
2052	MANUTENCAO DO FUNDEB	R$	13.157.500,00
2053	MANUTENÇÃO DA EDUCACAO EXCEPCIONAL	R$	191.500,00
2054	MANUTENÇÃO PNATE - UNIÃO	R$	31.000,00
2055	SALARIO-EDUCAÇÃO - UNIAO	R$	1.140.000,00
2056	TRANSP.ESCOLAR ESTADO / ENS.FUND.	R$	605.000,00
2057	MANUTENÇÃO DO PNAE	R$	385.050,00
2061	MANUTENÇÃO DO CEMACA	R$	148.000,00
2062	MANUTENÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL	R$	42.000,00
2063	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	R$	223.000,00
2064	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE CULTURA	R$	10.000,00
2065	MANUTENÇÃO DAS ATIV.ARTISTICAS E CULTURAIS	R$	10.000,00
2067	MANUTENÇÃO DO TURISMO E DESPORTO	R$	322.000,00
2069	MANUTENÇÃO DOS SERV.URBANOS NO MUNIC.	R$	1.300.000,00
2070	MANUTENÇÃO DOS SERV.DE ILUMINACAO PUBLICA	R$	1.000.000,00
2071	MANUTENÇÃO E CONS.DE ESTRADAS	R$	1.500.000,00
2074	MANUT.ATIV.FISC.TRANSITO MUNIC.	R$	679.500,00
2076	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNIC.DE HABITACAO	R$	1.000,00
2077	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNIC.DE HABIT.DE INTER.SOCIAL	R$	1.000,00
2079	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNIC.DO IDOSO	R$	500,00
2080	MANUTENÇÃO DO CONS. MUNIC.ASSIST.SOCIAL	R$	1.000,00
2084	BLOCO GESTÃO SUAS	R$	12.500,00
2085	BLOCO BPC NA ESCOLA	R$	1.000,00
2086	EXPANSAO PISO MÉDIA COMPLEXIDADE	R$	13.700,00
2087	FEAS- REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	R$	10.000,00
2088	FUNDO MUNIC.DE DESENV.MEIO AMBIENTE	R$	90.000,00
2090	PROGRAMA NOTA SOLIDARIA- ESTADO	R$	50.000,00
2092	PROGRAMA SUS TETO FINANC. - UNIÃO	R$	690.000,00
2093	PROGRAMA FARMACIA BASICA - ESTADO	R$	135.000,00
2094	PROGRAMA PSF - ESTADO	R$	174.000,00
2099	PISO DE TRANSIÇÃO MEDIA COMPLEXIDADE	R$	3.600,00
2100	PISO BÁSICO FIXO	R$	75.000,00
2101	BLOCO IGD/BOLSA FAMÍLIA	R$	40.000,00
2102	PROGRAMA DE INCENTIVO A ATENÇÃO BÁSICA - PIES	R$	295.000,00
2103	PISO BASICO FIXO MEDIA COMPLEXIDADE	R$	30.500,00
2104	PROGRAMA NOTA PREMIADA	R$	50.000,00
2105	PROGRAMA CAPS - UNIÃO	R$	350.000,00
2106	CONSULTA POPULAR	R$	500,00
2108	MANUTENÇÃO DO COMAD- CONS. MUNIC. ANTIDROGAS	R$	2.000,00
2109	PROGRAMA SAMU - UNIÃO	R$	177.000,00
2110	PROGRAMA COVID -19	R$	20.000,00
2114	MANUTENÇÃO DAS ATIV.DO PROCON	R$	5.000,00
2115	ASSESSORIA JURIDICA DO GABINETE	R$	150.000,00
2116	MANUTENÇÃO DAS ATIV. TRIBUTÁRIAS E DE FISCALIZAÇÃO	R$	270.000,00
2117	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA	R$	5.000,00
2118	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	R$	2.500,00
2119	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	R$	135.000,00
2121	DESPESAS CONSÓRCIO PUBLICO - CEO	R$	50.000,00
2122	PROGRAMA SAMU - ESTADO	R$	150.000,00
2123	PROGRAMA PMAQ - UNIÃO	R$	150.000,00
PROGRAMAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS (3)		**R$**	**27.699.515,22**
500	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS - RPPS	R$	5.510.000,00
501	ENCARGOS ESPECIAIS RPPS	R$	320.000,00
3001	AMORTIZAÇÃO E JUROS DA DIVIDA CONTRATADA	R$	1.690.000,00
3002	MANUTENÇÃO DOS PRECATÓRIOS/PASEP.	R$	1.500.000,00
3004	CONTRIBUIÇÃO P/RECUPERAÇÃO PASSIVO ATUARIAL RPPS	R$	1.900.000,00
3999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	2.155.900,32
9997	RESERVA RPPS	R$	14.823.614,90
DESPESA PREVISTA (1 + 2 + 3)		**R$**	**102.500.000,00**

CÂMARA MUNICIPAL
48 / 60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0

Município de São Sebastião do Caí
88.370.879/0001-04
MAL. FLORIANO PEIXOTO, 426 - 95760000
Rio Grande do Sul

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021
ANEXO III - METAS E PRIORIDADES
Ações Detalhadas Por Orgão

1 - CAMARA DE VEREADORES
1 - CAMARA DE VEREADORES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01.000.0000.0000	Legislativa	0,00	-	591.000,00	591.000,00
01.031.0000.0000	Ação Legislativa	0,00	-	591.000,00	591.000,00
01.031.0001.0000	Acao Legislativa	0,00	-	591.000,00	591.000,00
01.031.0001.2001	MANUT.DAS ATIVID.LEGISLATIVAS	0,00	-	591.000,00	591.000,00

Modernizar a estrutura da Câmara Municipal através da aquisição de equipamentos de informática e materiais perma-nentes. Manter as atividades legislativas e administrativas com pagamento de pessoal, material e serviços, encargos previdenciários e outros contributivos, provisão de diferenças de subsidios com liminar na justiça, abertura de concurso público, contratações, reajuste e aumento real de salários e subsídios. Divulgação de atos oficiais, promoção de recepções e ou homenagens póstumas.

1 - CAMARA DE VEREADORES
2 - SECRETARIA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01.000.0000.0000	Legislativa	0,00	-	1.103.500,00	1.103.500,00
01.031.0000.0000	Ação Legislativa	0,00	-	1.103.500,00	1.103.500,00
01.031.0001.0000	Acao Legislativa	0,00	-	1.103.500,00	1.103.500,00
01.031.0001.2001	MANUT.DAS ATIVID.LEGISLATIVAS	0,00	-	1.103.500,00	1.103.500,00

Modernizar a estrutura da Câmara Municipal através da aquisição de equipamentos de informática e materiais perma-nentes. Manter as atividades legislativas e administrativas com pagamento de pessoal, material e serviços, encargos previdenciários e outros contributivos, provisão de diferenças de subsidios com liminar na justiça, abertura de concurso público, contratações, reajuste e aumento real de salários e subsídios. Divulgação de atos oficiais, promoção de recepções e ou homenagens póstumas. Melhorar instalações da Câmara, inclusive com aquisição de terreno e elaboração de projeto arquitetônico e início de construção de prédio próprio.

TOTAL DO ÓRGÃO			**1.694.500,00**	**1.694.500,00**

2 - GABINETE DO PREFEITO
1 - CHEFIA DE GABINETE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	-	959.500,00	959.500,00
04.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	-	959.500,00	959.500,00
04.122.0010.0000	Administracao Governamental	0,00	-	959.500,00	959.500,00
04.122.0010.2002	MANUT.ATIV.DO GABINETE DO PREFEITO	0,00	-	959.500,00	959.500,00

Dar plenas condicoes de funcionamento ao Gabinete do Prefeito, equipando-o com moveis e equipamentos. Manutencao do veiculo. Ampliar e manter o sistema computadorizado. Recepcionar e homenagear autoridades em visitas ao Municipio, cfe lei 1487/91. Homenagens postumas a pessoas que prestaram relevantes servicos ao Municipio, cfe Lei 1633/93. Manutencao da Junta de Servico Militar, para que exerça suas funcoes.

04.122.0010.2108	MANUTENÇÃO DO COMAD- CONS. MUNIC. ANTIDROGAS				
	Manter o COMAD.	0,00	-	2.000,00	2.000,00

2 - GABINETE DO PREFEITO
2 - ASSESSORIA JURIDICA.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
02.000.0000.0000	Judiciária	0,00	-	150.000,00	150.000,00
02.061.0000.0000	Ação Judiciária	0,00	-	150.000,00	150.000,00
02.061.0010.0000	Administracao Governamental	0,00	-	150.000,00	150.000,00
02.061.0010.2115	ASSESSORIA JURIDICA DO GABINETE	0,00	-	150.000,00	150.000,00

Para executar as despesas da assessoria jurídica descrita no gabinete.

2 - GABINETE DO PREFEITO
6 - DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
06.000.0000.0000	Segurança Pública	0,00	-	90.000,00	90.000,00
06.182.0000.0000	Defesa Civil	0,00	-	90.000,00	90.000,00
06.182.0029.0000	Defesa e Assist.a Popul.Ating.por calami	0,00	-	90.000,00	90.000,00
06.182.0029.2010	MANUTENCAO DA DEFESA CIVIL	0,00	-	90.000,00	90.000,00

Dar condicoes para que a defesa civil atue em casos de calamidade publica, como incendios, vendavais, inundacoes, estiagens etc

06.482.0000.0000	Habitação Urbana	0,00	2.000,00	-	2.000,00
06.482.0118.0000	Melh.de Condicoes de Habitacao	0,00	2.000,00	-	2.000,00

06.482.0118.1025	CONSTRUÇÃO MAN. DE CASAS POPULARES	0,00	2.000,00		2.000,00
	Redução do deficit habitacional, construindo casas para os habitantes das zonas ribeirinhas do município.				

CÂMARA MUNICIPAL
50/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

2 - GABINETE DO PREFEITO

7 - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	-	135.000,00	135.000,00
04.124.0000.0000	Controle Interno	0,00	-	135.000,00	135.000,00
04.124.0015.0000	Fiscalizacao da Execucao Orcamentaria e Financeira	0,00	-	135.000,00	135.000,00
04.124.0015.2119	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	0,00	-	135.000,00	135.000,00
	MANTER AS ATIVIDADES DE FSISCALIZAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E ORIENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO.				
	TOTAL DO ÓRGÃO	[illegible]	2.000,00	3.305.500,00	4.338.500,00

3 - SEC. DA FAZENDA, GESTÃO E REC. HUMANOS

1 - SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	-	4.036.000,00	4.036.000,00
04.123.0000.0000	Administração Financeira	0,00	-	4.036.000,00	4.036.000,00
04.123.0023.0000	Administracao dos Recursos Financeiros	0,00	-	4.036.000,00	4.036.000,00
04.123.0023.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	0,00	-	4.036.000,00	4.036.000,00
	Dar condicoes a Secretaria da Fazenda de exercer suas funcoes, para um melhor atendimento ao publico. Ampliacao e manutencao do sistema computadorizado.Conservacao do veiculo. Instituir / campanha p/aumento de arrecadacao.				

3 - SEC. DA FAZENDA, GESTÃO E REC. HUMANOS

2 - FUNDO DE ASSISTENCIA AO SERVIDOR - FAZ

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
09.000.0000.0000	Previdência Social	0,00	-	3.681.000,00	3.681.000,00
09.272.0000.0000	Previdência do Regime Estatutário	0,00	-	3.681.000,00	3.681.000,00
09.272.0052.0000	Assistencia Medico Hosp.do Servid.Público	0,00	-	3.681.000,00	3.681.000,00
09.272.0052.2013	SAÚDE DO SERVIDOR	0,00	-	3.681.000,00	3.681.000,00
	Atender despesas referentes ao plano de saude do servidor.				

3 - SEC. DA FAZENDA, GESTÃO E REC. HUMANOS

3 - GESTÃO TRIBUTÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	-	270.000,00	270.000,00
04.129.0000.0000	Administração de Receitas	0,00	-	270.000,00	270.000,00
04.129.0023.0000	Administracao dos Recursos Financeiros	0,00	-	270.000,00	270.000,00
04.129.0023.2116	MANUt DAS ATIV. TRIBUTÁRIAS E DE FISCALIZAÇÃO	0,00	-	270.000,00	270.000,00
	Executar as despesas com os serviçaos da tributação e de fiscalização de ambito municipal e demais atividades inerentes.				

3 - SEC. DA FAZENDA, GESTÃO E REC. HUMANOS

4 - ENCARGOS ESPECIAIS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
09.000.0000.0000	Previdência Social	1.900.000,00	-	-	1.900.000,00
09.272.0000.0000	Previdência do Regime Estatutário	1.900.000,00	-	-	1.900.000,00
09.272.0031.0000	Previdencia Social Servidores do Município - RPPS	1.900.000,00	-	-	1.900.000,00
09.272.0031.3004	CONTRIBUIÇÃO P/RECUPERAÇÃO PASSIVO ATUARIAL RPPS	1.900.000,00	-	-	1.900.000,00
	Visa o empenho das despesas referentes a recuperação do passivo atuarial do RPPS conforme alíquotas definidas no cálculo atuarial anual.				
28.000.0000.0000	Encargos Especiais	3.190.000,00	-	-	3.190.000,00
28.843.0000.0000	Serviço da Dívida Interna	1.690.000,00	-	-	1.690.000,00
28.843.1205.0000	SERVICO DA DIVIDA CONTRATADA	1.690.000,00	-	-	1.690.000,00
28.843.1205.3001	AMORTIZAÇÃO E JUROS DA DIVIDA CONTRATADA	1.690.000,00	-	-	1.690.000,00
	PAGAMENTO DO PRINCIPAL E JUROS DA DIVIDA CONTRATADA				
28.846.0000.0000	Outros Encargos Especiais	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
28.846.0846.0000	Outros Encargos Especiais	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
28.846.0846.3002	MANUTENÇÃO DOS PRECATÓRIOS/PASEP.	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
	Atender despesas relativas a Pagamentos de Precatórios, pagas diretamenteo ao Tribunal de Justiça - Regime Especial de Pagamento de Precatórios conforme Ordem Cronológica TJ/RS.E despesas com pagamento de OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS - PASEP.				
	TOTAL DO ÓRGÃO	[illegible]	[illegible]	7.587.000,00	13.077.000,00

4 - SECRETARIA MUN EDUC, CULT E DESP

1 - MDE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	500,00	-	500,00
04.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	500,00	-	500,00
04.122.0009.0000	Edificações Públicas	0,00	500,00	-	500,00
04.122.0009.1508	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	500,00	-	500,00
	VISA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS.				
04.000.0000.0000	Administração	0,00	500,00	-	500,00
04.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	500,00	-	500,00

04.122.0012.0000	Alienação de Bens Móveis e Imóveis	0,00	500,00	-	500,00
04.122.0012.1509	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	0,00	500,00	-	500,00
	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS				
12.000.0000.0000	Educação	0,00	-	5.321.500,00	5.321.500,00
12.361.0000.0000	Ensino Fundamental	0,00	-	4.536.500,00	4.536.500,00
12.361.0076.0000	Administr.Sistema Educacional	0,00	-	2.406.000,00	2.406.000,00
12.361.0076.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	0,00	-	2.406.000,00	2.406.000,00
	Dar condicoes a Secretaria de exercer suas funcoes para um melhor atendimento ao publico.				
12.361.0082.0000	Ensino Fundamental	0,00	-	2.130.500,00	2.130.500,00
12.361.0082.2041	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	-	1.975.500,00	1.975.500,00
	Manter as escolas de ensino fundamental.Dar as criancas da rede de ensino fundamental tratamento medico e odontologico. Manter o programa de saude escolar.Equipar as Escolas com computadores p/as salas de infomatica.Promover cursos de aperfeicoamento aos professores,promover cursos profissionalizantes.Proporcionar as pessoas do municipio oportunidades para a conclusao do ensino fundamental noturno.Aquisicao de equipamentos e mat. didaticos.				
12.361.0082.2042	MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO	0,00	-	155.000,00	155.000,00
	Manter p Centro Integrado de Atendimento a Crianca, visando oferecer um atendimento pedagogico e social as criancas do nosso Municipio.				
12.365.0000.0000	Educacao Infantil	0,00	-	785.000,00	785.000,00
12.365.0080.0000	Educacao da Crianca de 0 a 6 anos	0,00	-	785.000,00	785.000,00
12.365.0080.2044	MANUTENÇÃO DA EDUCACAO INFANTIL	0,00	-	785.000,00	785.000,00
	Possibilitar as escolas municip.de educacao infantil de *exercer* suas atividades.Dar assistencia medico e odontologica,educacional e alimentos para as criancas das EMEI do Municipio.Conservar e manter as EMEI de nosso Município.				

CÂMARA MUNICIPAL
51/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

4 - SECRETARIA MUN EDUC, CULT E DESP

2 - RECURSOS LIVRES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12.000.0000.0000	Educação	0,00	-	**655.000,00**	655.000,00
12.361.0000.0000	Ensino Fundamental	0,00	-	513.000,00	513.000,00
12.361.0082.0000	Ensino Fundamental	0,00	-	450.000,00	450.000,00
12.361.0082.2051	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	0,00	-	450.000,00	450.000,00
	Adquirir alimentos para a merenda escolar aos alunos matriculados na rede oficial de ensino.				
12.361.0093.0000	Ensino Regular	0,00	-	63.000,00	63.000,00
12.361.0093.2047	SECRETARIA EDUCAÇÃO - RECURSOS LIVRES	0,00	-	50.000,00	50.000,00
	Para atender as despesas com gastos nao computaveis (25%)				
	da Secretaria.				
12.361.0093.2048	MANUTENÇÃO CONSELHO EDUCAÇÃO	0,00	-	13.000,00	13.000,00
	Dar condicoes apo Conselho Municipal de Educacao de atender suas funcoes.				
12.362.0000.0000	Ensino Médio	0,00	-	21.500,00	21.500,00
12.362.0093.0000	Ensino Regular	0,00	-	21.500,00	21.500,00
12.362.0093.2049	TRANSP.ESCOLAR / ENSINO MEDIO	0,00	-	21.500,00	21.500,00
	Oferecer transporte escolar aos jovens residentes em nosso Municipio de concluirem o ensino medio.				
12.364.0000.0000	Ensino Superior	0,00	-	120.500,00	120.500,00
12.364.0090.0000	Assist.a Estudantes do Ensino Superior	0,00	-	120.500,00	120.500,00
12.364.0090.2050	TRANSP. ENSINO SUPERIOR	0,00	-	120.500,00	120.500,00
	Proporcionar auxilio ou passagens no transporte para alunos do ensino superior.				
13.000.0000.0000	Cultura	0,00	-	**265.000,00**	265.000,00
13.391.0000.0000	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	-	42.000,00	42.000,00
13.391.0100.0000	Museus, Bibliotecas, Teatros e centro culturais.	0,00	-	42.000,00	42.000,00
13.391.0100.2062	MANUTENÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL	0,00	-	42.000,00	42.000,00
	Manut.do Museu Municipal para promover o desenvolvimento cultural do Municipio, reunindo no Museu um acervo historico s/sua origem, cultura e tradicao, realizando exposicoes temporarias de artistas municipais, regionais e estaduais.				
13.392.0000.0000	Difusão Cultural	0,00	-	223.000,00	223.000,00
13.392.0100.0000	Museus, Bibliotecas, Teatros e centro culturais.	0,00	-	223.000,00	223.000,00
13.392.0100.2063	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	0,00	-	223.000,00	223.000,00
	Possibilitar a Biblioteca Municipal de realizar despesas com pessoal, materias, servicos e aquisicao de moveis e equipamentos. Ampliar o acervo e modernizar o espaco físico da mesma.				

4 - SECRETARIA MUN EDUC, CULT E DESP

3 - FUNDEB

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12.000.0000.0000	Educação	0,00	-	15.543.000,00	15.543.000,00
12.361.0000.0000	Ensino Fundamental	0,00	-	13.157.500,00	13.157.500,00
12.361.0082.0000	Ensino Fundamental	0,00	-	13.157.500,00	13.157.500,00
12.361.0082.2052	MANUTENCAO DO FUNDEB	0,00	-	13.157.500,00	13.157.500,00

CÂMARA MUNICIPAL
52/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

	Dar condicoes para que o FUNDEB exerca suas funcoes em prol do aluno.O Fundo gera condicoes para o enfrentamento por / meio do incremento do investimento/aluno criado atraves da Emenda Constit.14/96 regulamentado por Lei.Equipar as unidades escolares c/mobiliario basico, equipamentos materiai de ensino, necessarios a um bom desenvolvimento das atividades curriculares.Promover cursos de aperfeicoamento aos professores.				
12.365.0000.0000	Educação Infantil	0,00	-	2.194.000,00	2.194.000,00
12.365.0080.0000	Educacao da Crianca de 0 a 6 anos	0,00	-	2.194.000,00	2.194.000,00
12.365.0080.2037	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL / FUNDEB	0,00	-	2.194.000,00	2.194.000,00
	Manter despesas com a Educacao Infantil com recursos do FUNDEB.				
12.367.0000.0000	Educação Especial	0,00	-	191.500,00	191.500,00
12.367.0092.0000	Educacao do Portador de Deficiente	0,00	-	191.500,00	191.500,00
12.367.0092.2053	MANUT DA EDUCACAO AO EXCEPCIONAL	0,00	-	191.500,00	191.500,00
	Ampliar as acoes da E.M.Educ.Especial Renascer, associacoes e nucleos de deficientes fisicos, visuais e auditivos, possibilitando aos excepcionais e deficientes, assistencia educacional de acordo com suas possibilidades e aptidoes.				

4 - SECRETARIA MUN EDUC, CULT E DESP

4 - RECURSOS VINCULADOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12.000.0000.0000	Educação	0,00	1.507.800,00	2.161.100,00	3.668.900,00
12.361.0000.0000	Ensino Fundamental	0,00	1.507.200,00	**2.051.050,00**	3.558.250,00
12.361.0009.0000	Edificacoes Publicas	0,00	1.500.250,00	-	1.500.250,00
12.361.0009.1538	PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - OBRAS ESCOLA São Martin	0,00	1.500.250,00	-	1.500.250,00
	EXECUTAR OS OBJETIVOS FIRMADOS PELO CONVENIO N PAR Nº 32617/2014. CONFORME PAR. Construção de 12 salas - Espaço Educativo. Valor Pactuado via Convenio - Recursos FNDE: R$ 3.533.775,34.				
12.361.0042.0000	Amparo Assist.Crianca e Adolescente	0,00	1.050,00	-	1.050,00
12.361.0042.1523	Programa Dinheiro Direto nas Escolas	0,00	1.050,00	-	1.050,00
	Refere-se à execução da despesa das transferências do FNDE				
12.361.0082.0000	Ensino Fundamental	0,00	5.500,00	-	5.500,00
12.361.0082.1241	Manutenção Educação c/ Recursos AFM/FNDE	0,00	5.500,00	-	5.500,00
	Manut.Educação c/ Recursos AFM/FNDE				
12.361.0082.2043	SALARIO-EDUCAÇÃO - ESTADO	0,00	-	50,00	50,00
	SALARIO-EDUCAÇÃO - ESTADO				
12.361.0082.2054	MANUTENÇÃO PNATE - UNIÃO	0,00	-	31.000,00	31.000,00
	Atender despesas com o transporte escolar com recursos do PNATE.				
12.361.0082.2055	SALARIO-EDUCAÇÃO / UNIAO	0,00	-	1.140.000,00	1.140.000,00
	Manter despesas com recursos do Salario-Educacao-Uniao.				
12.361.0082.2056	TRANSP.ESCOLAR ESTADO / ENS.FUND.	0,00	-	605.000,00	605.000,00
	Manter o transporte escolar com recursos do Estado.				
12.361.0089.0000	Alimentacao Escolar	0,00	-	275.000,00	190.000,00
12.361.0089.2057	MANUTENÇÃO DO PNAE	0,00	-	275.000,00	190.000,00
	Atender despesas com o Programa Nacional de Alimentacao escolar.				
12.361.0093.0000	Ensino Regular	0,00	400,00	-	400,00
12.361.0093.1533	Plano de ações Articuladas (bens móveis e veículos)	0,00	400,00	-	400,00
	Equipar a Secretaria de Educação do Município com veículos para melhorar o transporte coletivo estudantil.				
12.365.0000.0000	Educação Infantil	0,00	-	**105.300,00**	105.300,00
12.365.0089.0000	Alimentacao Escolar	0,00	-	105.300,00	105.300,00
12.365.0089.2057	MANUTENÇÃO DO PNAE	0,00	-	105.300,00	105.300,00
	Atender despesas com o Programa Nacional de Alimentacao escolar.				
12.365.0093.0000	Ensino Regular	0,00	**600,00**	-	600,00
12.365.0093.1522	Manutençao da Educacao	0,00	100,00	-	100,00
	Atender aos municipes da educação infantil nas necessidades basicas da educacao				
12.365.0093.1547	PROGRAMA BRASIL CARINHOSO- Inf. Creche	0,00	500,00	-	500,00
	Refere-se à execução da despesa do programa brasil Carinhoso ensino infantil creche.				
12.366.0000.0000	Educação de Jovens e Adultos	0,00	-	**3.700,00**	3.700,00
12.366.0089.0000	Alimentacao Escolar	0,00	-	3.700,00	3.700,00
12.366.0089.2057	MANUTENÇÃO DO PNAE	0,00	-	3.700,00	3.700,00
	Atender despesas com o Programa Nacional de Alimentacao escolar.				
12.367.0000.0000	Educação Especial	0,00	-	**1.050,00**	1.050,00
12.367.0089.0000	Alimentacao Escolar	0,00	-	1.050,00	1.050,00
12.367.0089.2057	MANUTENÇÃO DO PNAE	0,00	-	1.050,00	1.050,00
	Atender despesas com o Programa Nacional de Alimentacao escolar.				

4 - SECRETARIA MUN EDUC, CULT E DESP

5 - ATIVIDADES ARTISTICAS E CULTURAIS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12.000.0000.0000	Educação	0,00	-	148.000,00	148.000,00
12.361.0000.0000	Ensino Fundamental	0,00	-	148.000,00	148.000,00
12.361.0101.0000	Apoio e Incentivo às Artes	0,00	-	148.000,00	148.000,00
12.361.0101.2061	MANUTENÇÃO DO CEMACA	0,00	-	148.000,00	148.000,00
	Promover trabalhos extra-curriculares junto aos alunos do ensino fundamental do Municipio.				

13.000.0000.0000	Cultura	0,00	-	10.000,00	10.000,00
13.392.0000.0000	Difusão Cultural	0,00	-	10.000,00	10.000,00
13.392.0101.0000	Apoio e Incentivo às Artes	0,00	-	10.000,00	10.000,00
13.392.0101.2064	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE CULTURA	0,00	-	10.000,00	10.000,00
	Para atender despesas com o Conselho Municipal de Cultura				
13.392.0101.2065	MANUTENÇÃO DAS ATIV.ARTISTICAS E CULTURAIS	0,00	-	10.000,00	10.000,00
	Promover eventos artisticos e culturais.desenvolver e apoiar as atividades do canto coral no Municipio e Banda Municipal. Oportunizar um contato mais proximo da comunidade com diferentes manifestacaoes culturais atraves da arte, musica,teatro, danças e outras.				

CÂMARA MUNICIPAL
53/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

4 - SECRETARIA MUN EDUC, CULT E DESP

6 - TURISMO E DESPORTO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	**287.000,00**	-	287.000,00
04.695.0000.0000	Turismo	0,00	287.000,00	-	287.000,00
04.695.0150.0000	Promocao do Turismo	0,00	287.000,00	-	287.000,00
04.695.0150.1501	PAVIMENTAÇÃO ACESSO AO SANTUÁRIO CONCEIÇÃO	0,00	7.000,00	-	7.000,00
	VISA CUSTEAR DESPESAS COM PAVIMENTAÇÃO DO ACESSO AO SANTUÁRIO DA CONCEIÇÃO COM RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO FEDERAL (MINISTÉRIO DO TURISMO)				
04.695.0150.1502	CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS	0,00	280.000,00	-	280.000,00
	VISA CUSTEAR DESPESAS COM A CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS NAS ENTRADAS DO MUNICÍPIO COM RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO FEDERAL (MINISTÉRIO DO TURISMO)				
27.000.0000.0000	Desporto e Lazer	0,00	**396.000,00**	**319.500,00**	715.500,00
27.451.0000.0000	Infra-Estrutura Urbana	0,00	1.500,00	-	1.500,00
27.451.0180.0000	Desporto e Lazer	0,00	1.500,00	-	1.500,00
27.451.0180.1530	IMPLANTAÇÃO CICLOFAIXAS/CICLOVIAS	0,00	1.500,00	-	1.500,00
	IMPLANTAÇÃO CICLOFAIXAS/CICLOVIAS.				
27.812.0000.0000	Desporto Comunitário	0,00	94.500,00	-	94.500,00
27.812.0103.0000	Desporto Comunitário	0,00	94.000,00	-	94.000,00
27.812.0103.1531	Modedmização e manutenção do Ginásio Rio Branco	0,00	92.000,00	-	92.000,00
	Executar as despesas com a modernização, ampliação e reforma do ginásio Rio Branco.				
27.812.0103.1549	AMPLIAÇÃO E MODERNIZACAO GINASIO A DO PARQUE	0,00	1.000,00	-	1.000,00
	VISA AMPLIAR E MODERNIZAR O GINASIO A DO PARQUE MUNICIPAL COM RECURSOS DO MINISTERIO DOS ESPORTES E COM RECURSOS PROPRIOS DO MUNICIPIO				
27.812.0103.1550	AMPLIACAO E MODERNIZAÇAO DE CAMPOS DE FUTEBOL	0,00	1.000,00	-	1.000,00
	VISA AMPLIAR E MODERNIZAR CAMPOS DE FUTEBOL COM RECURSOS DO MINISTERIO DOS ESPORTES E COM RECURSOS PROPRIOS DO MUNICIPIO				
27.812.0180.0000	DESPORTO E LAZER	0,00	500,00	-	500,00
27.812.0180.1512	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	0,00	500,00	-	500,00
	Auxiliar na construção de quadras poliesportivas.				
27.813.0000.0000	Lazer	0,00	300.000,00	319.500,00	619.500,00
27.813.0181.0000	Lazer	0,00	300.000,00	319.500,00	619.500,00
27.813.0181.1097	FESTA DA BERGAMOTA	0,00	300.000,00	-	300.000,00
	Para atender as despesas com a Festa da Bergamota				
27.813.0181.2067	MANUTENÇÃO DO TURISMO E DESPORTO	0,00	-	319.500,00	319.500,00
	Promover e apoiar financeiramente os eventos realizados no Municipio, Festa da Bergamota, festividades natalinas e outros cfe calendario de eventos.Manter e apoiar as atividades esporti vas realizadas em nosso Municipio.				

4 - SECRETARIA MUN EDUC, CULT E DESP

7 - FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13.000.0000.0000	Cultura	0,00	-	5.000,00	5.000,00
13.392.0000.0000	Difusão Cultural	0,00	-	5.000,00	5.000,00
13.392.0054.0000	Desenvolvimento Cultural	0,00	-	5.000,00	5.000,00
13.392.0054.2117	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA	0,00	-	5.000,00	5.000,00
	Executar as despesas com fundo Municipal da Cultura e atividades vinculadas.				

4 - SECRETARIA MUN EDUC, CULT E DESP

8 - FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
23.000.0000.0000	Comércio e Serviços	0,00	-	2.500,00	2.500,00
23.695.0000.0000	Turismo	0,00	-	2.500,00	2.500,00
23.695.0150.0000	Promocao do Turismo	0,00	-	2.500,00	2.500,00
23.695.0150.2118	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	0,00	-	2.500,00	2.500,00
	EXECUTAR AS DESPESAS COM AS ATIVIDADES DO TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS				

4 - SECRETARIA MUN EDUC, CULT E DESP

9 - FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
27.000.0000.0000	Desporto e Lazer	0,00	**100.000,00**	2.500,00	102.500,00
27.813.0000.0000	Lazer	0,00	100.000,00	2.500,00	102.500,00
27.813.0181.0000	Lazer	0,00	100.000,00	-	100.000,00
27.813.0181.1003	Apoio ao Desenvolvimento de Esportes	0,00	100.000,00	-	100.000,00
	Realização de Torneios Regionais de Futebol Amador Masculino e Feminino no Município de São Sebastião do Caí/RS, conforme 897500/2020 EMENDA PARLAMENTAR.				

27.813.0181.2067	MANUTENÇÃO DO TURISMO E DESPORTO	0,00	-	2.500,00	2.500,00
	Promover e apoiar financeiramente os eventos realizados no Municipio, Festa da Bergamota, festividades natalinas e outros cfe calendario de eventos.Manter e apoiar as atividades esportivas realizadas em nosso Municipio.				

CÂMARA MUNICIPAL
54/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

TOTAL DO ÓRGÃO	24.600.000,00	2.434.900,00	26.734.900,00	

5 - SECRETARIA MUN OBRAS PUBL., INFR. E SERV
1 - SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	-	4.098.500,00	4.098.500,00
04.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	-	4.098.500,00	4.098.500,00
04.122.0010.0000	Administracao Governamental	0,00	-	4.098.500,00	4.098.500,00
04.122.0010.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	0,00	-	4.098.500,00	4.098.500,00
	Dar condicoes a Secretaria de exercer suas funcoes para um melhor atendimento ao publico.				
17.000.0000.0000	Saneamento	0,00	500,00	-	500,00
17.451.0000.0000	Infra-Estrutura Urbana	0,00	500,00	-	500,00
17.451.0058.0000	Melhoramento da Infra-Estrutura Urbana	0,00	500,00	-	500,00
17.451.0058.1508	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	500,00	-	500,00
	VISA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS.				

5 - SECRETARIA MUN OBRAS PUBL., INFR. E SERV
2 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15.000.0000.0000	Urbanismo	0,00	2.794.968,24	1.290.000,00	4.084.968,24
15.451.0000.0000	Infra-Estrutura Urbana	0,00	2.794.968,24	290.000,00	3.084.968,24
15.451.0058.0000	Melhoramento da Infra-Estrutura Urbana	0,00	2.401.508,24	290.000,00	2.691.508,24
15.451.0058.1015	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	0,00	2.401.508,24	-	2.401.508,24
	Visa manter as ações de urbanização e melhoria do setor viário do município, e em especial vias urbanas.				
15.451.0110.0000	Vias e Logradouros Urbanos	0,00	393.460,00	1.000.000,00	1.393.460,00
15.451.0110.1015	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	0,00	393.460,00	-	393.460,00
	Visa manter as ações de urbanização e melhoria do setor viário do município, e em especial vias urbanas.				
15.451.0110.2026	DESP.C/FUNDO ESP.DO PETROLEO	0,00	-	290.000,00	290.000,00
	Atender despesas c/rec.do FUNDO ESP.DO PETROLEO				
15.452.0000.0000	Serviços Urbanos	0,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452.0114.0000	ILUMINACAO PUBLICA	0,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452.0114.2070	MANUT.DOS SERV.DE ILUMINACAO PUBLICA	0,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00
	Para atender ao pagamento dos servicos de iluminacao publica do municipio.				
17.000.0000.0000	Saneamento	0,00	500,00	1.300.000,00	1.300.500,00
17.451.0000.0000	Infra-Estrutura Urbana	0,00	500,00	-	500,00
17.451.0110.0000	Vias e Logradouros Urbanos	0,00	500,00	-	500,00
17.451.0110.1011	CONSTR.E AMPL.DE REDE DE ESG.PLUVIAL	0,00	500,00	-	500,00
	Ampliar e manter a rede de esgoto onde se fizer necessario em nosso Municipio.				
17.452.0000.0000	Serviços Urbanos	0,00	-	1.300.000,00	1.300.000,00
17.452.0110.0000	Vias e Logradouros Urbanos	0,00	-	1.300.000,00	1.300.000,00
17.452.0110.2069	MANUT.DOS SERV.URBANOS NO MUNIC.	0,00	-	1.300.000,00	1.300.000,00
	Possibilitar ao departamento de servicos urbanos no municipio, realizar suas funcoes, desde jari, limpeza publica, lixo cemiterio, iluminacao publica,esgoto, vias urbanas, sistema de agua reforma e conservacao de abrigos,recuperar e construir passeios publicos, demarcar, legalizar e abrir novas ruas, promovendo o crescimento da cidade com toda a infraestrutura.				

5 - SECRETARIA MUN OBRAS PUBL., INFR. E SERV
3 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
26.000.0000.0000	Transporte	0,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00
26.782.0000.0000	Transporte Rodoviário	0,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00
26.782.0170.0000	Estradas Vicinais	0,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00
26.782.0170.2071	MANUT.CONS.DE ESTRADAS	0,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00
	Manter e conservar a frota de veiculos, maquinas e implementos rodoviarios da Sec. de Obras para conservacao e melhoria das / estradas de nosso Municipio e da Pedreira Municipal.Adquirir / maquinas e implementos rodoviarios.Contratar maquinas e caminhoes p/auxiliar na manut. das estradas.				

5 - SECRETARIA MUN OBRAS PUBL., INFR. E SERV
5 - SERVIÇOS DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
27.000.0000.0000	Desporto e Lazer	0,00	345.000,00	500.000,00	845.000,00
27.813.0000.0000	Lazer	0,00	345.000,00	500.000,00	845.000,00
27.813.0115.0000	Parques e Jardins	0,00	345.000,00	500.000,00	845.000,00
27.813.0115.1513	Revitalização Parque Centenário	0,00	345.000,00	-	345.000,00
	Revitalização Parque Centenário.				
27.813.0115.2011	MANUT.SERV.PRACAS,PARQUES E JARDINS	0,00	-	500.000,00	500.000,00

CÂMARA MUNICIPAL
55/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

Manter e conservar em perfeitas condicoes as pracas e parques existentes. Dotar o Parque Centenario de melhores condicoes de realizacao de eventos e promocoes.

5 - SECRETARIA MUN OBRAS PUBL., INFR. E SERV

6 - FUNDO MUN. SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
06.000.0000.0000	Segurança Pública	0,00	-	679.500,00	679.500,00
06.181.0000.0000	Policiamento	0,00	-	679.500,00	679.500,00
06.181.0008.0000	Servicos de Transito	0,00	-	679.500,00	679.500,00
06.181.0008.2074	MANUT.SECRET.E FISC.TRANSITO MUNIC.	0,00	-	679.500,00	679.500,00
	Fiscalizar o transito no Municipio.Instituir zonas de estacionamento.Adquirir materiais e equipamentos para efetuar servicos de sinalizacao e orientacao de transito.Adquirir veiculos para a guarda municipal.Controlar o transito e dar protecao ao patrimonio publico e aos Municipes.Dar assistencia ao corpo de bombeiros voluntarios.				
	TOTAL DO ÓRGÃO				

6 - SEC. MUN. SAUDE E DA FAMILIA

1 - ADM. E DEP. DE AÇÕES BÁSICAS DA SAÚDE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	**Administração**	0,00	**1.000,00**	-	1.000,00
04.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	1.000,00	-	1.000,00
04.122.0012.0000	Alienação de Bens Móveis e Imóveis	0,00	1.000,00	-	1.000,00
04.122.0012.1509	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	0,00	1.000,00	-	1.000,00
10.000.0000.0000	**Saúde**	0,00	**2.000.000,00**	**12.347.000,00**	14.347.000,00
10.301.0000.0000	Atenção Básica	0,00	2.000.000,00	12.100.000,00	14.100.000,00
10.301.0009.0000	Edificacoes Publicas	0,00	2.000.000,00	-	2.000.000,00
10.301.0009.1520	CONSTRUÇÃO E CONCLUSÃO UBS Construção e conclusão UBS	0,00	2.000.000,00	-	2.000.000,00
10.301.0075.0000	Assist.a Saude da Populacao	0,00	-	12.000.000,00	12.000.000,00
10.301.0075.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA Dar condicoes a Secretaria de exercer suas funcoes para um melhor atendimento ao publico.	0,00	-	12.000.000,00	12.000.000,00
10.301.0107.0000	Assistencia Medica a Populacao	0,00	-	100.000,00	100.000,00
10.301.0107.2017	ASSISTÊNCIA MÉDICA A POPULAÇÃO Proporcionar a assitência médica à população.	0,00	-	100.000,00	100.000,00
10.302.0000.0000	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	-	242.000,00	242.000,00
10.302.0075.0000	Assist.a Saude da Populacao	0,00	-	242.000,00	242.000,00
10.302.0075.2019	DESPESAS CONSÓRCIO PUBLICO Atender despesas com consorcios.	0,00	-	192.000,00	192.000,00
10.302.0075.2121	DESPESAS CONSÓRCIO PUBLICO - CEO REFERE-SE AO CONTRATO DE RATEIO DE PARTICIPAÇÃO NO CEO.	0,00	-	50.000,00	50.000,00
10.305.0000.0000	Vigilância Epidemiológica	0,00	-	5.000,00	5.000,00
10.305.0075.0000	Assist.a Saude da Populacao	0,00	-	5.000,00	5.000,00
10.305.0075.2110	PROGRAMA COVID -19 Ações de combate ao COVID-19.	0,00	-	5.000,00	5.000,00

6 - SEC. MUN. SAUDE E DA FAMILIA

2 - RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10.000.0000.0000	Saúde	0,00	250.000,00	**2.914.000,00**	3.164.000,00
10.301.0000.0000	Atenção Básica	0,00	-	**1.372.000,00**	1.372.000,00
10.301.0061.0000	Agentes Comunitarios de Saude	0,00	-	292.000,00	292.000,00
10.301.0061.2024	PROGRAMA PACS - UNIÃO Manter despesas com recursos do PACS.	0,00	-	292.000,00	292.000,00
10.301.0075.0000	Assistencia à Saude da População	0,00	-	1.080.000,00	1.080.000,00
10.301.0075.2030	PROGRAMA PAB - UNIÃO Manter despesas com recursos do PAB.	0,00	-	750.000,00	750.000,00
10.301.0075.2031	PROGRAMA PSF - UNIAO Manter despesas com recursos do PSF-Uniao.	0,00	-	180.000,00	180.000,00
10.301.0075.2123	PROGRAMA PMAQ - UNIÃO Visa atendimento a saúde da população com recursos oriundos do Programa PMAQ do Governo Federal	0,00	-	150.000,00	150.000,00
10.302.0000.0000	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	-	**1.247.000,00**	1.247.000,00
10.302.0075.0000	Assistencia Medica a Populacao	0,00	-	1.070.000,00	1.070.000,00
10.302.0075.2025	PROGRAMA SAÚDE BUCAL - UNIÃO PROGRAMA SAÚDE BUCAL.	0,00	-	30.000,00	30.000,00
10.302.0075.2092	PROGRAMA SUS TETO FINANC. - UNIÃO COBRIR DESPESAS COM SAUDE COM RECURSOS DA UNIAO -	0,00	-	690.000,00	690.000,00
10.302.0075.2105	PROGRAMA CAPS - UNIÃO PROGRAMA CAPS - UNIÃO	0,00	-	350.000,00	350.000,00
10.302.0107.0000	Assistencia Medica a Populacao	0,00	-	177.000,00	177.000,00
10.302.0107.2109	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALVAR/SAMU PARA ATENDER AO PROGRAMA SALVAR/SAMU	0,00	-	177.000,00	177.000,00
10.303.0000.0000	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	-	**140.000,00**	140.000,00
10.303.0069.0000	Assistencia Farmaceutica	0,00	-	140.000,00	140.000,00
10.303.0069.2027	PROGRAMA FARMACIA BASICA - UNIÃO Atender despesas com recursos da Farmacia Basica-Uniao.	0,00	-	140.000,00	140.000,00
10.304.0000.0000	Vigilância Sanitária	0,00	-	**135.000,00**	135.000,00
10.304.0075.0000	Assistencia à Saude da População	0,00	-	135.000,00	135.000,00
10.304.0075.2023	PROGRAMA VIGILANCIA SANITARIA - UNIÃO Manter despesas com Acoes de Vigilancia Sanitaria.	0,00	-	135.000,00	135.000,00
10.305.0000.0000	Vigilância Epidemiológica	0,00	-	**5.000,00**	5.000,00

CÂMARA MUNICIPAL
56/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

10.305.0075.0000	Assist.a Saude da Populacao	0,00	-	5.000,00	5.000,00
10.305.0075.2110	PROGRAMA COVID -19	0,00	-	5.000,00	5.000,00
	Ações de combate ao COVID-19.				
10.845.0000.0000	Outras Transferências	0,00	**250.000,00**	**15.000,00**	265.000,00
10.845.0075.0000	Assistencia à Saude da População	0,00	250.000,00	15.000,00	265.000,00
10.845.0075.1517	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS SAÚDE	0,00	250.000,00	-	250.000,00
	OBJETIVA MANTER AS ATIVIDADE DA SAUDE COM RECURSOS FEDERAIS PARA AQUISIÇÃO DE BENS				
10.845.0075.2034	PROGRAMA EDUCAÇÃO EM SAÚDE - UNIÃO	0,00	-	15.000,00	15.000,00
	PROGRAMA EDUCAÇÃO EM SAÚDE - UNIÃO				

6 - SEC. MUN. SAUDE E DA FAMILIA
3 - RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10.000.0000.0000	Saúde	0,00	**200,00**	**858.600,00**	858.800,00
10.301.0000.0000	Atenção Básica	0,00	-	507.500,00	507.500,00
10.301.0075.0000	Assistencia à Saude da População	0,00	-	507.500,00	507.500,00
10.301.0075.2032	PROGRAMA PIM - ESTADO	0,00	-	38.500,00	38.500,00
	PROGRAMA PIM - Primeira Infância Melhor - Atenção Básica.				
10.301.0075.2094	PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA-PSF-ESTADO	0,00	-	174.000,00	174.000,00
	Atender o Programa do PSF				
10.301.0075.2102	PROGRAMA DE INCENTIVO A ATENÇÃO BÁSICA - PIES	0,00	-	295.000,00	295.000,00
	Auxiliar nas demandas do inverno na questão de saúde da população.				
10.302.0000.0000	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	-	150.100,00	150.100,00
10.302.0075.0000	Assistencia à Saude da População	0,00	-	100,00	100,00
10.302.0075.2018	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE	0,00	-	100,00	100,00
	Dar condicoes p/a Secret.da Saude exerca suas funcoes				
10.302.0107.0000	Assistencia Medica a Populacao	0,00	-	150.000,00	150.000,00
10.302.0107.2122	PROGRAMA SAMU - ESTADO	0,00	-	150.000,00	150.000,00
	Alocará os recursos do samu/estado na assistencai medica hospitalar e ambulatorial.				
10.303.0000.0000	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	-	135.000,00	135.000,00
10.303.0069.0000	Assistencia Farmaceutica	0,00	-	135.000,00	135.000,00
10.303.0069.2093	PROGRAMA FARMACIA BASICA - ESTADO #		-	135.000,00	135.000,00
	ATENDER DESPSAS COM O PROGRAMA FARMACIA BASICA -				
10.305.0000.0000	Vigilância Epidemiológica	0,00	-	15.500,00	15.500,00
10.305.0071.0000	Prevencao e controle de Doencas	0,00	-	15.500,00	15.500,00
10.305.0071.2039	PROG.VIGIL.EPIDEMIOLOGICA-ESTADO	0,00	-	15.500,00	15.500,00
	Atender o Programa de Vigilancia Epidemiologica-Estado.				
10.845.0000.0000	Outras Transferências	0,00	200,00	50.500,00	50.700,00
10.845.0075.0000	Assistencia à Saude da População	0,00	200,00	50.500,00	50.700,00
10.845.0075.1024	AQUISIÇÃO DE MICRO ONIBUS	0,00	200,00	-	200,00
	CFE CONVENIO FIRMADO				
10.845.0075.2090	PROGRAMA NOTA SOLIDARIA- ESTADO	0,00	-	50.000,00	50.000,00
	Para atender as despesas com o Programa Nota Solidária- Estado.				
10.845.0075.2106	CONSULTA POPULAR	0,00	-	500,00	500,00
	Auxiliar nas demandas da saúde.				

6 - SEC. MUN. SAUDE E DA FAMILIA
4 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	**Administração**	0,00	**500.000,00**	-	500.000,00
10.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	500.000,00	-	500.000,00
10.122.0012.0000	Alienação de Bens Móveis e Imóveis	0,00	500.000,00	-	500.000,00
10.122.0012.1509	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	0,00	500.000,00	-	500.000,00
	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS				
10.000.0000.0000	**Saúde**	0,00	**1.000,00**	**6.000,00**	7.000,00
10.125.0000.0000	Normatização e Fiscalização	0,00	-	1.000,00	1.000,00
10.125.0075.0000	Assistencia à Saude da População	0,00	-	1.000,00	1.000,00
10.125.0075.2020	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNIC.DE SAUDE	0,00	-	1.000,00	1.000,00
	Proporcionar condicoes para que o Cons.Munic.de Saude possa atuar na formulacao de estrategias da execucao e controle da Politica Municipal de Saude.				
10.301.0000.0000	Atenção Básica	0,00	1.000,00	-	1.000,00
10.301.0009.0000	Edificacoes Publicas	0,00	1.000,00	-	1.000,00
10.301.0009.1520	CONSTRUÇÃO E CONCLUSÃO UBS	0,00	1.000,00	-	1.000,00
	Construção e conclusão UBS				
10.305.0000.0000	Vigilância Epidemiológica	0,00	-	5.000,00	5.000,00
10.305.0075.0000	Assist.a Saude da Populacao	0,00	-	5.000,00	5.000,00
10.305.0075.2110	PROGRAMA COVID -19	0,00	-	5.000,00	5.000,00
	Ações de combate ao COVID-19.				
	TOTAL DO ÓRGÃO		**752.200,00**	**18.125.600,00**	**18.877.800,00**

7 - SEC. MUN. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
1 - ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	**1.000,00**	-	1.000,00
04.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	1.000,00	-	1.000,00
04.122.0012.0000	Alienação de Bens Móveis e Imóveis	0,00	1.000,00	-	1.000,00
04.122.0012.1509	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	0,00	1.000,00	-	1.000,00
	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS				
08.000.0000.0000	Assistência Social	0,00	**1.000,00**	**1.551.000,00**	1.552.000,00
08.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00
08.122.0010.0000	Administracao Governamental	0,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00
08.122.0010.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	0,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00

CÂMARA MUNICIPAL
57/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

	Dar condicoes a Secretaria de exercer suas funcoes para um melhor atendimento ao publico.				
08.243.0000.0000	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	-	550.000,00	550.000,00
08.243.0042.0000	Amparo Assist.Crianca e Adolescente	0,00	-	550.000,00	550.000,00
08.243.0042.2005	MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR	0,00	-	550.000,00	550.000,00
	Dar condicoes do Conselho Tutelar exercer suas atividades.				
08.244.0000.0000	Assistência *Comunitária*	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00
08.244.0046.0000	Assistencia Social Geral	0,00	1.000,00	-	1.000,00
08.244.0046.1508	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	1.000,00	-	1.000,00
	VISA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS.				
08.244.0046.2080	MANUTENÇÃO DO CONS. MUNIC.ASSIST.SOCIAL	0,00	-	1.000,00	1.000,00
	Dar condicoes para que o C.M.Assistencia Social exerca suas funcoes.				

7 - SEC. MUN. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
2 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08.000.0000.0000	Assistência Social	0,00	-	191.300,00	191.300,00
08.242.0000.0000	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	-	3.600,00	3.600,00
08.242.0121.0000	Proteção Social Especial	0,00	-	3.600,00	3.600,00
08.242.0121.2099	PISO DE TRANSIÇÃO MEDIA COMPLEXIDADE	0,00	-	3.600,00	3.600,00
	Visa atender famílias e pessoas necessitadas. APAE PPD				
08.244.0000.0000	Assistência Comunitária	0,00	-	187.700,00	187.700,00
08.244.0046.0000	Assistencia Social Geral	0,00	-	68.500,00	68.500,00
08.244.0046.2084	BLOCO GESTÃO SUAS	0,00	-	12.500,00	12.500,00
	Manter o BLOCO IGD/SUAS.				
08.244.0046.2085	BLOCO BPC NA ESCOLA	0,00	-	1.000,00	1.000,00
	BLOCO BPC NA ESCOLA				
08.244.0046.2087	FEAS- REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	-	10.000,00	10.000,00
	Para atender as despesas relativas ao programa FEAS.				
08.244.0046.2101	BLOCO IGD/BOLSA FAMÍLIA	0,00	-	40.000,00	40.000,00
	Visa atender famílias e pessoas necessitadas				
08.244.0046.2110	PROGRAMA COVID -19	0,00	-	5.000,00	5.000,00
	Ações de combate ao COVID-19.				
08.244.0120.0000	Proteção Social Especial	0,00	-	119.200,00	119.200,00
08.244.0120.2100	PISO BÁSICO FIXO	0,00	-	75.000,00	75.000,00
	Visa atender a pessoas beneficiárias do Bloco Proteção Social Básico - PAIF				
08.244.0121.0000	Proteção Social Especial	0,00	-	44.200,00	44.200,00
08.244.0121.2086	EXPANSAO PISO MÉDIA COMPLEXIDADE	0,00	-	13.700,00	13.700,00
	EXPANSAO PISO MÉDIA COMPLEXIDADE - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.				
08.244.0121.2103	PISO BASICO FIXO MEDIA COMPLEXIDADE	0,00	-	30.500,00	30.500,00
	Auxiliar nos serviços de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.				

7 - SEC. MUN. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
4 - FUNDO MUN.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08.000.0000.0000	Assistência Social	0,00	-	130.000,00	130.000,00
08.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	-	130.000,00	130.000,00
08.122.0010.0000	Administracao Governamental	0,00	-	130.000,00	130.000,00
08.122.0010.2003	MANUTENCAO DO F.M.D.C.A.	0,00	-	130.000,00	130.000,00
	Manter adequadamente o Fundo Munic.dos Direitos da Crianca e do Adolescente, destinado a captacao e aplicacao dos recursos a serem utilizados nas acoes em defesa dos direitos da Crianca e do Adolescente.				

7 - SEC. MUN. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
8 - FUNDO MUNICIPAL DE DIRETOS DO IDOSO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08.000.0000.0000	Assistência Social	0,00	-	1.000,00	1.000,00
08.241.0000.0000	Assistência ao Idoso	0,00	-	1.000,00	1.000,00
08.241.0046.0000	Assistencia Social Geral	0,00	-	1.000,00	1.000,00
08.241.0046.2000	FUNDO MUNCIPAL DE DIREITOS DO IDOSO	0,00	-	500,00	500,00
	Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de São Sebastião do Caí.				
08.241.0046.2079	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNIC.DO IDOSO	0,00	-	500,00	500,00
	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNIC.DO IDOSO				

	TOTAL DO ÓRGÃO	[illegible]	2.000,00	[illegible]	1.675.300,00

8 - SEC.MUN.ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	-	**700.000,00**	700.000,00
04.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	-	700.000,00	700.000,00
04.122.0010.0000	Administração Governamental	0,00	-	700.000,00	700.000,00
04.122.0010.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	0,00	-	700.000,00	700.000,00
	Dar condicoes a Secretaria de exercer suas funcoes para um melhor atendimento ao publico.				

8 - SEC.MUN.ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
2 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FHIS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
16.000.0000.0000	Habitação	0,00	2.000,00	2.000,00	4.000,00
16.482.0000.0000	Habitação Urbana	0,00	2.000,00	2.000,00	4.000,00
16.482.0118.0000	Melh.de Condicoes de Habitacao	0,00	2.000,00	2.000,00	4.000,00
16.482.0118.1022	CONTRUCAO DE CASAS POPULARES - CONTRAPARTIDA	0,00	1.000,00	-	1.000,00

CAMARA ...
58/60
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

	Reducao do deficit habitacional, construindo casas p/a populacao caren te e aos residentes em areas de risco. Urbanizar areas p/ contrucao de casas populares.				
16.482.0118.1025	CONSTRUÇÃO MAN. DE CASAS POPULARES	0,00	1.000,00		1.000,00
	Redução do deficit habitacional, construindo casas para os habitantes das zonas ribeirinhas do município.				
16.482.0118.2076	MANUT.DO CONSELHO MUNIC.DE HABITACAO	0,00	-	1.000,00	1.000,00
	Proporcionar condicoes para que o Conselho Municipal de Habitacao possa desenvolver seus objetivos.				
16.482.0118.2077	MANUT.DO FUNDO MUNIC.DE HABIT.DE INTER.SOCIAL	0,00	-	1.000,00	1.000,00
	Dotar o F.M.H.I.S de recursos financeiros destinados a implementacao de programas de habitacao e sanea mento basico voltados a populacao de baixa renda.				

8 - SEC.MUN.ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
3 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
18.000.0000.0000	Gestão Ambiental	0,00	-	90.000,00	90.000,00
18.541.0000.0000	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	-	90.000,00	90.000,00
18.541.0120.0000	Proteção Social Básica	0,00	-	90.000,00	90.000,00
18.541.0120.2088	FUNDO MUNIC.DE DESENV.MEIO AMBIENTE	0,00	-	90.000,00	90.000,00
	Manter despesas com o FUMDEMA.				

8 - SEC.MUN.ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
4 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
18.000.0000.0000	Gestão Ambiental	0,00	-	311.031,76	311.031,76
18.541.0000.0000	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	-	311.031,76	311.031,76
18.541.0120.0000	Proteção Social Básica	0,00	-	311.031,76	311.031,76
18.541.0120.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	0,00	-	311.031,76	311.031,76
	Dar condicoes a Secretaria de exercer suas funcoes para um melhor atendimento ao publico.				

8 - SEC.MUN.ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
5 - JUSTIÇA ELEITORAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
02.000.0000.0000	Judiciária	0,00	-	50.000,00	50.000,00
02.061.0000.0000	Ação Judiciária	0,00	-	50.000,00	50.000,00
02.061.0010.0000	Administracao Governamental	0,00	-	50.000,00	50.000,00
02.061.0010.2007	CONVENIO C/O TRIBUNAL REG.ELEITORAL	0,00	-	50.000,00	50.000,00
	Manter o convenio com o Tribunal Regional Eleitoral.				

	TOTAL DO ÓRGÃO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	1.155.031,76

9 - SEC.MUN.PLANEJAM.,DESENVOLV. E OUVIDORIA
1 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	-	**550.000,00**	550.000,00
04.121.0000.0000	Planejamento e Orçamento	0,00	-	550.000,00	550.000,00
04.121.0002.0000	Planejamento Governamental	0,00	-	550.000,00	550.000,00
04.121.0002.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	0,00	-	550.000,00	550.000,00
	Dar condicoes a Secretaria de exercer suas funcoes para um melhor atendimento ao publico.				

9 - SEC.MUN.PLANEJAM.,DESENVOLV. E OUVIDORIA
2 - INDUSTRIAS, COMÉRCIO E SERVIÇOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	**1.000,00**	-	1.000,00
04.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	1.000,00	-	1.000,00
04.122.0012.0000	Alienação de Bens Móveis e Imóveis	0,00	1.000,00	-	1.000,00
04.122.0012.1509	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	0,00	1.000,00	-	1.000,00
	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS				
14.000.0000.0000	Direitos da Cidadania	0,00	-	5.000,00	5.000,00
14.125.0000.0000	Normatização e Fiscalização	0,00	-	5.000,00	5.000,00
14.125.0020.0000	Controle e Fiscalização dos Serv Publ Co	0,00	-	5.000,00	5.000,00
14.125.0020.2114	Manutenção das Atividades do Procon	0,00	-	5.000,00	5.000,00
	Manter as atividades do Procon conforme Lei nº 3.596 de 02 de julho de 2.013, a qual autroriza suplementação e criação desta Atividade.				
22.000.0000.0000	Indústria	0,00	110.484,78	-	110.484,78
22.661.0000.0000	Promoção Industrial	0,00	110.484,78	-	110.484,78
22.661.0094.0000	Promocao Industrial	0,00	110.484,78	-	110.484,78
22.661.0094.1016	INSTALAÇÃO DE INDUSTRIAS/EMPRESAS	0,00	110.484,78	-	110.484,78
	Incentivar a instalacao e expansao de industrias através de aquisições de terrenos para criação de condominios empresariais e demais atividades tipicas que auxiliem o crescimento empresarial do municipio.				
23.000.0000.0000	Comércio e Serviços	0,00	-	50.000,00	50.000,00
23.121.0000.0000	Planejamento e Orçamento	0,00	-	50.000,00	50.000,00
23.121.0010.0000	Administracao Governamental	0,00	-	50.000,00	50.000,00
23.121.0010.2104	PROGRAMA NOTA PREMIADA	0,00	-	50.000,00	50.000,00
	FINANCIAMENTO DO PROGRAMA NOTA PREMIADA				

9 - SEC.MUN.PLANEJAM.,DESENVOLV. E OUVIDORIA
3 - OUVIDORIA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	-	**1.000,00**	1.000,00
04.125.0000.0000	Normatização e Fiscalização	0,00	-	1.000,00	1.000,00
04.125.0002.0000	Planejamento Governamental	0,00	-	1.000,00	1.000,00

CÂMARA ... 59/60 SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

04.125.0002.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	0,00	-	1.000,00	1.000,00
	Dar condicoes a Secretaria de exercer suas funcoes para um melhor atendimento ao publico.				
	TOTAL DO ÓRGÃO	114.484,78	900.000,00		7.014.484,78

10 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA

1 - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.000.0000.0000	Administração	0,00	10.000,00	-	10.000,00
04.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	10.000,00	-	10.000,00
04.122.0012.0000	Alienação de Bens Móveis e Imóveis	0,00	10.000,00	-	10.000,00
04.122.0012.1509	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	0,00	10.000,00	-	10.000,00
	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS				
20.000.0000.0000	Agricultura	0,00	51.000,00	1.500.000,00	1.551.000,00
20.605.0000.0000	Abastecimento	0,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00
20.605.0137.0000	Extensao e Cooperat. Rural	0,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00
20.605.0137.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	0,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00
	Dar condicoes a Secretaria de exercer suas funcoes para um melhor atendimento ao publico.				
20.606.0000.0000	Extensão Rural	0,00	51.000,00	-	51.000,00
20.606.0073.0000	Sementes e Mudas	0,00	1.000,00	-	1.000,00
20.606.0073.1045	PROGRAMA TROCA-TROCA	0,00	1.000,00	-	1.000,00
	Auxiliar nas demandas do programa troca troca de sementes.				
20.606.0137.0000	Extensao e Cooperat. Rural	0,00	50.000,00	-	50.000,00
20.606.0137.1503	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS	0,00	50.000,00	-	50.000,00
	VISA CUSTEAR DESPESAS COM PAVIMENTAÇÃO DE RUAS EM DIVERSAS LOCALIDADES COM RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO FEDERAL (MAPA)				
	TOTAL DO ÓRGÃO	61.000,00	1.500.000,00		1.561.000,00

11 - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

1 - FAP

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
09.000.0000.0000	Previdência Social	5.510.000,00	-	150.000,00	5.660.000,00
09.122.0000.0000	Administração Geral	0,00	-	150.000,00	150.000,00
09.122.0051.0000	Apoio Administrativo RPPS	0,00	-	150.000,00	150.000,00
09.122.0051.2012	MANUTENCAO UNIDADE GESTORA RPPS	0,00	-	150.000,00	150.000,00
	Manter a unidade Gestora do Rpps - Despesas Administrativas.				
09.272.0000.0000	Previdência do Regime Estatutário	5.510.000,00	-	-	5.510.000,00
09.272.0050.0000	Encargos Previdenciários RPPS	5.510.000,00	-	-	5.510.000,00
09.272.0050.0500	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS - RPPS	5.510.000,00	-	-	5.510.000,00
	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS - RPPS.				
28.000.0000.0000	Encargos Especiais	320.000,00	-	-	320.000,00
28.845.0000.0000	Outras Transferências	20.000,00	-	-	20.000,00
28.845.0053.0000	Encargos Especiais RPPS	20.000,00	-	-	20.000,00
28.845.0053.0501	ENCARGOS ESPECIAIS RPPS	20.000,00	-	-	20.000,00
	ENCARGOS ESPECIAIS RPPS - Pagamento de Compensação Previdenciária, Contribuição ao PASEP e Sentenças Judiciais.				
28.846.0000.0000	Outros Encargos Especiais	300.000,00	-	-	300.000,00
28.846.0053.0000	Encargos Especiais RPPS	300.000,00	-	-	300.000,00
28.846.0053.0501	ENCARGOS ESPECIAIS RPPS	300.000,00	-	-	300.000,00
	ENCARGOS ESPECIAIS RPPS - Pagamento de Compensação Previdenciária, Contribuição ao PASEP e Sentenças Judiciais.				
99.000.0000.0000	Reserva de Contingência	14.823.614,90	-	-	14.823.614,90
99.997.0000.0000	Reserva do RPPS	14.823.614,90	-	-	14.823.614,90
99.997.9997.0000	Reserva do RPPS	14.823.614,90	-	-	14.823.614,90
99.999.9997.9997	RESERVA RPPS	14.823.614,90	-	-	14.823.614,90
	RESERVA RPPS			-	-
	TOTAL DO ÓRGÃO	20.953.614,90	-	300.000,00	20.953.614,90

15 - RESERVA DE CONTINGENCIA

1 - RESERVA DE CONTINGENCIA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
99.000.0000.0000	Reserva de Contingência	2.155.900,32	-	-	2.155.900,32
99.999.0000.0000	Reserva de Contingência	2.155.900,32	-	-	2.155.900,32
99.999.9999.0000	Reserva de Contingencia	2.155.900,32	-	-	2.155.900,32
99.999.9999.3999	RESERVA DE CONTINGENCIA	2.155.900,32	-	-	2.155.900,32
	A reserva de contingencia tera aplicacao na forma da letra B do inciso III do art.5 da LC 101-2000.				
	TOTAL DO ÓRGÃO	2.155.900,32	-	-	2.155.900,32

Total Geral .....: 27.899.515,22 6.161.451,02 68.437.051,76 102.500.000,00

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

RESUMO POR ÓRGÃO COM PERCENTUAIS

Órgão	
Câmara de Vereadores	1.694.500,00
Gabinete do Prefeito	1.338.500,00
Sec. Fazenda, Gestão e Rec. Humanos	13.077.000,00
Sec. Mun. Educ, Cult e Desp	26.734.900,00
Sec. Obras Públicas, Infr. e Serviços	12.508.968,24
Sec. Mun. Saúde e da Família	18.877.800,00
Sec. Mun. da Assistência Social	1.875.300,00
Sec. Mun. Administração e Meio Ambiente	1.155.031,76
Sec. Mun. Planejam.Desenvolvimento e Ouvidoria	717.484,78
Sec. Mun. Da Agricultura	1.561.000,00
Fundo de Aposentadoria e Pensões	20.803.614,90
Reserva de Contigência	2.155.900,32
TOTAL	**102.500.000,00**

CLOVIS ALBERTO PIRES DUARTE
Prefeito Municipal
CPF 197.766.830-53

CAMILA BOHN FLORES
Secretária da Fazenda
CPF 000.918.330-27

ELIANE PEDROSO BUNEKER
Contadora
CRC/RS 099166/O-0